



PELOS SALÁRIOS CONTRA O DESEMPREGO LUTAR E RESISTIR

Apoiados por um Governo sem escrúpulos, patronato e gestores instalam o caos em grandes empresas, recusam o diálogo e empurram para a greve as organizações representativas dos trabalhadores. Lutar e resistir em unidade é mais do que nunca necessário para enfrentar a escalada do Governo contra os primeiros direitos de quem trabalha: o direito aos salários, à organização nas empresas, à voz activa na defesa das unidades produtivas contra o desemprego, no interesse do País.

Pág. 7

O «ELEISSOARISMO» NADA RESOLVE TUDO AGRAVA

Editorial Pág. 2



Assembleias das Organizações

- Porto: mobilização para o trabalho preparatório da Assembleia da ORP, marcada para Dezembro
- Portalegre: Assembleia no sábado, em Avis
- Santarém: avançam as actividades preparatórias da Assembleia, marcada para Novembro

Centros de Trabalho

- Alpiarça: obras entram em última fase
- Charneca de Caparica: um esforço que prossegue com entusiasmo

Encontros distritais de Quadros

- Sábado, em Coimbra
- Dia 21, em Viseu

Págs. centrais

MADEIRA E AÇORES VÃO ÀS URNAS NO DOMINGO

Pág. 3

COMÍCIO de AMIZADE
PCP ★ POUP
Portugal • Polónia

USARÃO DA PALAVRA

ÁLVARO CUNHAL
W. MOKRZYSCZAK



Pág. 2

SFUAP • COVA DA PIEDADE • ALMADA
13 OUT 84 às 21,30



Campanha dos 60 000

A CERTEZA DE UMA NOVA VITÓRIA!

Págs. centrais / Suplemento

Eleições sérias ou falsificadas?

- a propósito das eleições
nos Açores e na Madeira

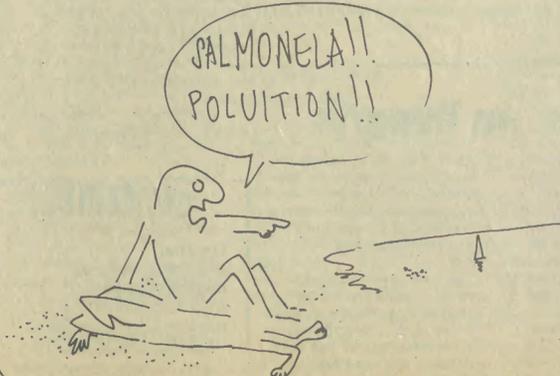
Págs. 2/3



Turismo algarvio

- doença regional
ou vírus nacional?

Págs. centrais



GUERRA E PAZ

na vida de todos nós

Suplemento



UM SOVIÉTICO NOS EUA

ou o perigo da ignorância

Págs. 10/11

Editorial

O «ELEISSOARISMO»
NADA RESOLVE, TUDO AGRAVA

O evoluir da situação nacional confirma, nos acontecimentos dos últimos dias, a justeza das previsões e das propostas políticas do PCP. O agravamento constante dos factores de crise produz-se numa cadência acelerada, a falência política da coligação governante manifesta-se nas áreas mais sensíveis da vida nacional, o divórcio entre o Governo e o Povo assume aspectos irreversíveis.

Tudo confirma que a demissão do Governo actual é a tarefa política mais urgente e tudo demonstra que esta urgente tarefa política está ao alcance do movimento popular e democrático e na sua fase madura.

Não é uma afirmação gratuita do PCP mas uma evidente realidade, que a continuação do Governo Soares/Mota Pinto, do PS e do PSD, a continuação da sua política de desastre, visando a rápida reconstituição dos monopólios e dos latifúndios e a instauração de um Estado totalitário e policial, estão aprofundando a crise, estão arrastando o País para uma situação absurda e insustentável a que é imperioso pôr termo, estão ameaçando nos seus alcances e nas suas conquistas mais exaltantes o regime democrático e o 25 de Abril.

Mário Soares, o Primeiro-Ministro itinerante deste Governo de Itinerantes que deixa por cá os seus cônsules, está de novo de visita ao País, desta vez depois de uma alegre e ruidosa passeata pelo Brasil e até à próxima partida.

Regressou com o voto do seu amigo Brizola para a sua incomensurável ambição de Belém, voto que ele ouviu com infatigável enlevo de quem sente já as alfomadas dos cadeirões presidenciais.

Regressou e entrou logo na «cimeira» com os seus comparsas da coligação para um novo reajustamento de cavalheiros e certamente para digerirem em comum o novo insucesso da «operação CEE» e acertarem a combinação presidencial.

Entretanto, o país real sofre e luta.

— Sofre as consequências daninhas da política de bancarrota do Governo Soares/Mota Pinto;

— Luta e toma rapidamente consciência de que a intensificação da luta de massas, o reforço da unidade e da acção comum ou convergente das diversas classes, camadas e sectores populacionais afectados pela política do Governo e a defesa activa e o funcionamento atempado e normal das instituições democráticas são direcções fundamentais de um vasto combate pela urgente demissão do Governo.

Há indícios claros de que o velho plano de destruição do 25 de Abril foi retomado nas linhas essenciais pelos elementos e sectores reaccionários integrados na equipa governante e no aparelho de Estado.

Multiplicam-se os actos de manipulação e governamentalização das Forças Armadas, o Governo redobra os preparativos para intensificar os planos de uma nova contra-revolução legislativa.

A nova sessão de legislatura, agora sob a direcção de um presidente do PSD, vai ser manipulada pela maioria governante para este sinistro objectivo.

A «cimeira» PS/PSD anunciou para breve a apresentação da «lei das rendas», insistentemente exigida pela CJP, e na Assembleia da República o Governo prepara-se para fazer aprovar rapidamente a celerada lei de segurança interna, ao mesmo tempo que procura impor normas regimentais que lhe permitam neutralizar a oposição democrática — particularmente o PCP — para fazer avançar e aprovar com celeridade o «pacote laboral», o «pacote autárquico», uma nova lei eleitoral, a chamada

«lei de bases da política agrícola», autêntica «lei de bases» da anti-Reforma Agrária e outras.

O «pacote laboral» visa em especial impor a lei dos despedimentos e uma verdadeira lei antigreve; o «pacote autárquico», em que avulta a inqualificável lei de tutela das autarquias, visa aniquilar o carácter democrático e descentralizador do Poder Local e submetê-lo de novo discricionariamente ao Poder Central.

A lei eleitoral visa liquidar o princípio da proporcionalidade, reduzir através de disposições antidemocráticas a representação dos adversários do Governo no parlamento.

A «lei de bases da política agrícola», insistentemente exigida pela CAP, visa liquidar a Reforma Agrária pela repressão «legal» e o estrangulamento financeiro e económico das UCPs e a entrega das terras expropriadas aos antigos e a novos latifundiários.

Enquanto o Governo magica novos atentados contra as liberdades e as conquistas de Abril, a fome e a miséria dos trabalhadores alastram no território nacional, multiplicam-se as falências principalmente de pequenas e médias empresas industriais e comerciais, abrem-se profundos «buracos» nas finanças do País.

O número de desempregados amplia-se assim como o dos trabalhadores com salários em atraso; situações dramáticas, indicadoras do desespero que hoje lava entre as classes trabalhadoras, sucedem-se com frequência.

No têxtil de lanifícios da serra da Estrela um grande número de pequenas e médias empresas encerraram as portas. O mesmo em várias unidades têxteis do Norte (distritos de Braga e Porto).

No distrito de Évora sucedem-se as falências de várias empresas, principalmente do ramo metalúrgico. O pequeno comércio afunda-se.

Só no distrito de Setúbal o número de trabalhadores com salários em atraso subiu, desde Janeiro, de 20000 para 25000 trabalhadores.

No Ribatejo, onde avulta a situação dramática dos trabalhadores da MDF, agrava-se a situação das pequenas e médias empresas. Em mais 15, com 1500 trabalhadores, agrava-se o problema dos salários em atraso.

No sector da agricultura, apesar do ano agrícola favorável, são sombrias as perspectivas para milhares de pequenos e médios agricultores e criadores de gado. A ameaça para breve de novos aumentos nos adubos e nos combustíveis e outros factores de produção e a situação na pecuária — onde se agravam as razias provocadas pela peripneumonia —, na comercialização dos gados e do leite, assim como os baixos preços decretados para os cereais, a «eucalliptalização» de vastas zonas, tudo isto está provocando graves problemas no sector.

O Governo Soares/Mota Pinto nenhuma solução dá para estes gravíssimos problemas, antes os agrava ainda mais. A política do Governo ignora o drama das massas, submete a economia e as finanças do País a objectivos eleitoralistas, envereda cada vez mais na via das soluções repressivas e violentas. O Governo é uma autêntica bagunça de incompetências e rivalidades pessoais. Casos de corrupção são assinalados pelos órgãos de comunicação social em alguns departamentos ministeriais. O ministro da Agricultura nem lá vai assinar o ponto...

O cancro do ensino e da falta de escolas, criam uma situação caótica e preocupante para milhares de crianças e jovens.

Mais de 20% das escolas ainda não reabriram, algumas estão superlotadas (a escola preparatória de Almeirim, para 600 alunos, amalgama nas salas de aula mais de 2000). A questão dos transportes escolares — para os

quais o Governo concedeu agora a algumas autarquias a verba de 750 000 contos, nitidamente insuficiente — é um factor de conflito entre as autarquias e o Poder Central e é, principalmente, uma questão angustiante para milhares de pais e crianças que habitam longe dos estabelecimentos de ensino.

O «eleissoarismo» começa já a dominar e a condicionar os actos, as medidas financeiras e os projectos do Governo, e pessoalmente de Mário Soares. Confirmando as denúncias do PCP, os «rebuçados magagógicos» já começaram a ser prometidos, mas projectos de grandes gestos de carácter eleitoralista aparecem já denunciando novos grandes «buracos» no Orçamento Geral do Estado.

O orçamento suplementar de quase 40 milhões de contos para 1984 e principalmente o défice previsível de 310 milhões para 1985 prenunciam o investimento de grossas maquinas na caça ao voto dos portugueses mal esclarecidos.

A «operação CEE» — verdadeira operação política contra o 25 de Abril, lesiva da economia nacional e da nossa própria independência — é também uma operação de «eleissoarismo» que ameaça, contudo, degenerar num episódio ridículo para o Primeiro-Ministro e humilhante para o País.

A «gentileza» dos amigos socialistas de Soares — como Mitterrand — para ajudar a manobra eleitoral do secretário-geral do PS, não resistiu à consideração objectiva dos interesses dos agricultores e vinicultores franceses que se opõem à entrada de Portugal e Espanha.

A «solidariedade» socialista de Felipe Gonzalez para com o seu camarada Mário Soares, não resistiu também à complexa questão das pescas entre os dois países.

Soares queria a todo o transe, até 1 de Outubro ao menos, o tal «contact accord». Agora no Brasil até apregoou as vantagens para os brasileiros da entrada de Portugal na CEE. Mas tudo isso ameaça ir por água abaixo.

O barril de agudas contradições de interesses que é a CEE está tão saturado que nem permite qualquer «jeitinho» dos amigos de Soares para meter Portugal no Mercado Comum.

É contra esta política de costas viradas para o povo e para o País do Governo Soares/Mota Pinto que os trabalhadores, os pequenos e médios agricultores, comerciantes e industriais e uma crescente massa de democratas e patriotas se levanta de maneira crescente para a luta.

A corajosa luta dos trabalhadores da Lisnave, a tenaz e unida acção dos trabalhadores da MDF, aliando a greve às vigílias, plenários e concentrações, às jornadas de esclarecimento com a retenção de comboios, a greve na Siderurgia Nacional, a greve de 45 dias dos trabalhadores da Saganhal, a retenção dos comboios pelos viedreiros de Vieira de Lima e muitas outras acções e greves, a grandiosa jornada de defesa da Reforma Agrária que mobilizou milhares de assalariados agrícolas do Alentejo e Ribatejo numa importante iniciativa de esclarecimento de massas, a luta dos agricultores de Viseu em defesa dos Baldios que terminou com um desfile de um milhão de participantes pelas ruas da cidade, as recolhas de assinaturas em massa contra a celerada lei de segurança interna — eis expressões do profundo descontentamento popular contra o Governo e a sua política — e partes integrantes de um combate que cresce em vigor, amplitude e unidade que necessariamente desembocará numa torrente de luta generalizada e nacional pela demissão do Governo Soares/Mota Pinto, do PS e do PSD.

3
Quarta-feira

Imminente novo aumento

Entre 2 e 10 por cento será o montante do próximo aumento de combustíveis que o próprio Ministério da Indústria e Energia diz estar iminente. A concretização, será o terceiro aumento de 1984 e o quarto decretado por este Governo. Na Assembleia da República, o PCP exigiu o desbloqueamento dos processos de criação de novos municípios e freguesias. No final de longas conversações entre Moçambique e a África do Sul, e entre este último país e os bandos contra-revolucionários que actuam na República Popular de Moçambique, foi assinado um documento que poderá servir de base de trabalho para o cessar-fogo em Moçambique. O governo grego reafirmou a sua oposição à realização de manobras militares da NATO no Mar Egeu, afirmando que só lhe resta salvaguardar o seu espaço nacional.

4
Quinta-feira

Um leve cheiro da «Hortense», o ciclone que passou a norte de Portugal, bastou para deixar um morto e diversos danos materiais. A Comissão Política do PCP denuncia o «ambiente intimidatório, arbitrário e corrupto» imposto pelos governos PSD das regiões autónomas da Madeira e dos Açores, ao mesmo tempo que desmascara a permissividade do PS nas mesmas regiões. A CGTP-IN acusou o Governo de provocar a perda diário de cerca de mil postos de trabalho, ao calcular que o número de desempregados ascende já a mais de 700 mil. O primeiro-ministro grego afirmou que o Boeing sul-coreano KAL-007 foi abatido quando se encontrava em missão de espionagem por conta da CIA. Depois de um falhado boicote tentado pela administração Reagan, o gás soviético começou a chegar, dentro do prazo estabelecido, à RFA.

5
Sexta-feira

74.º aniversário

Comemora-se o 74.º aniversário da República Portuguesa. encerra, no Funchal, o 32.º Congresso Internacional de Medicina Aeronáutica e Espacial. A central sindical chilena CNT convocou para o dia 30 deste mês a primeira greve geral contra a ditadura fascista de Pinochet. No Egito, a subida de preços provocou diversas desordens de que resultaram um morto e 26 feridos.

6
Sábado

Dia do Reformado

O Dia Nacional do Reformado é comemorado, não com alegria, mas como uma jornada de luta por uma vida digna. Assinalando o seu dia, os reformados clamaram o fim da miséria que enfrentam no seu dia-a-dia. Ruiu mais um prédio em Lisboa, desta feita no bairro de Campo de Ourique. O ministro dos Negócios Estrangeiros da República Popular de Angola, Paulo Jorge, acusou a África do Sul de falta de seriedade na aplicação dos compromissos de separação de forças entre os dois países. A acusação foi feita durante a intervenção que proferiu na 39.ª Assembleia Geral da ONU. Dois cidadãos italianos que cooperavam com a República Popular de Moçambique foram decapitados pelos terroristas da «RENAMO». O ministro nicaraguense do Interior, Tomás Borge acusou os Estados Unidos da América de planearem, «ao milímetro», a invasão do seu país. Segundo Tomás Borge, a invasão poderá ser despoletada a seguir à realização das eleições presidenciais nos EUA, a 6 de Novembro.

7
Domingo

Os secretariats das UCP's e cooperativas da Zona da Reforma Agrária denunciam os preços de intervenção fixados pelo Governo como sendo preços de ruína, considerando-os os mais lesivos de sempre. No próximo dia 26, os trabalhadores agrícolas de Évora vão realizar uma vigília na praça do Giraldo. Esta jornada tem como objectivo sensibilizar a população para a necessidade da intensificação da luta pela resolução dos problemas dos trabalhadores. Terminaram as III Seixaladas, jogos concelhios do Seixal. O governo boliviano apresentou a sua demissão ao presidente Siles Suazo. Protestando contra a «forma selvática e brutal» como as forças repressivas actuam, milhares de pessoas manifestaram-se em Manila contra o regime do ditador filipino. A RFA continuou a retirada das suas forças do Chade.

8
Segunda-feira

D. Branca dos Santos, conhecida como «banqueira do povo», foi presa pela Polícia Judiciária sob as acusações de «burla» e «associação criminosa». O mesmo corpo policial deteve mais dois suspeitos de pertencerem à organização terrorista FP-25. Os réus que começaram a ser julgados por posse de explosivos e prática de terrorismo atribuíram a responsabilidade das suas acções ao CDS. A pergunta se pertenciam a alguma associação de malfetores, um dos réus respondeu que pertencera ao CDS e que o juiz daí tirasse as conclusões que quisesse. A Noruega anunciou que no passado dia 30 de Setembro um avião comercial dos EUA violou o espaço aéreo no norte da União Soviética. O avião, que transportava cerca de 200 passageiros, desviou-se cerca de 80 graus da sua rota. Em Bruxelas, o Tribunal dos Povos condenou a administração Reagan pelas suas agressões contra um Estado soberano, a Nicarágua.

9
Terça-feira

É o Conselho Nacional do Plano que o afirma: a política económica do Governo está errada, deve ser invertida, agrava o desemprego e reduz ainda mais os salários reais e a produtividade, não há qualquer hipótese de recuperação económica! Em Aveiro, no conjunto do distrito, existem actualmente 19 mil desempregados e mais de 4 mil com salários em atraso. Sindicatos em representação de dezenas de empresas avariadas vêm a Lisboa para falar daqueles problemas ao Primeiro-Ministro, que se recusa a recebê-los. Em «alternativa», lá está a PSP em S. Bento. Na zona da Grande Lisboa são cerca de 50 mil os alunos que continuam a aguardar o início do ano escolar — confirma o Sindicato dos Professores da Grande Lisboa (SPGL). Um «clima de tensão», segundo os observadores políticos, enquadra na cidade de Brighton o início dos trabalhos do congresso anual dos conservadores britânicos, no Poder em Londres. A FMLN e a FDR, respectivamente a Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional e a Frente Democrática Revolucionária, aceitam encontrar-se nas Nações Unidas com representantes do actual regime, liderado por Napoleón Duarte, segundo um comunicado divulgado pela guerrilha salvadorenha na Cidade do México.

Delegação polaca
em Portugal

A convite do Comité Central do Partido Comunista Português, encontra-se de visita a Portugal uma delegação do Comité Central do Partido Operário Unificado Polaco, composta por Włodzimierz Mokrzyński, membro suplente do Bureau Político e Secretário do CC, Lech Ciupa, Primeiro Secretário do Distrito de Konin e Marek Kadyj, da Secção Internacional.

A delegação do POUP iniciou anteontem conversações

com uma delegação do PCP composta por Álvaro Cunhal, Secretário-Geral, Domingos Abrantes, membro da Comissão Política e do Secretariado, e Manuela Bernardino, da Secção Internacional.

No próximo sábado, dia 13, às 21 e 30, realizar-se-á em Almada, na Sociedade Filarmónica União Piedense (Cova da Piedade), um comício de amizade PCP-POUP em que usará da palavra W. Mokrzyński e Álvaro Cunhal.

30.º Aniversário
do PT da Coreia

O Comité Central do PCP enviou no Comité Central do Partido do Trabalho da Coreia e ao camarada Presidente Kim Il Sung a seguinte saudação:

Queridos Camaradas: Por ocasião do 30.º Aniversário da fundação do Partido do Trabalho da Coreia, o Comité Central do Partido Comunista Português saúda fraternal e calorosamente o Comité Central do PTC, os comunistas e o povo trabalhador da Coreia.

Condendo firmemente as manobras e os planos imperialistas visando dividir definitivamente a Coreia, o PCP reafirma a sua solidariedade à luta do PTC e do povo coreano pela reunificação pacífica da sua pátria.

Desajando-vos grandes êxitos na edificação da sociedade socialista na República Democrática e Popular da Coreia, expressamos a nossa vontade de reforçar os laços de amizade e solidariedade existentes entre o PCP e o PTC, na base dos princípios do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário, no interesse dos dois povos e países e do movimento comunista e revolucionário mundial.

Delegação na Hungria

A convite do Comité Central do Partido Operário Socialista Húngaro e, no quadro das relações de cooperação e amizade entre o POSH e o PCP, visitou a República Popular da Hungria, de 18 a 25 de Setembro uma delegação de estudo do Partido Comunista Português composta por Raimundo Cabral, membro da Comissão Política, Agostinho Lopes e Armando Morais, membros do Comité Central do PCP.

Durante a sua estadia a delegação foi recebida por Karoly

Nemeth, membro da Comissão Política e Secretário do Comité Central do POSH e por Tibor Baranyai, chefe do Departamento de Organização do Partido e de Massas do CC do POSH.

Nas visitas realizadas a Budapest, Szentendre e no distrito de Békés, a delegação do PCP teve oportunidade de contactar directamente com as experiências e a actividade do POSH e com aspectos da realidade socialista da R. P. da Hungria.

Saudação ao PSUA (RDA)

A República Democrática Alemã comemorou nos últimos dias o 35.º aniversário da sua fundação, efeméride a que fizemos larga referência no nosso último número. O PCP esteve representado nas cerimónias comemorativas realizadas em Berlim pelo camarada Octávio Pato, membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central.

A propósito desta data, o Comité Central do PCP enviou ao Comité Central do Partido Socialista Unificado da Alemanha a seguinte saudação:

Queridos Camaradas: Por ocasião do 35.º Aniversário da fundação da República Democrática Alemã, o Comité Central do Partido Comunista Português envia ao Comité Central do Partido Socialista Unificado da Alemanha, aos comunistas e ao povo trabalhador da RDA as calorosas e fraternas saudações dos comunistas portugueses.

A RDA, edificada sobre as ruínas da guerra devastadora em que o nazi-fascismo mergulhou a Europa e o mundo, conheceu ao longo dos 35 anos da sua existência um extraordinário progresso nos planos económico, social e cultural. O primeiro Estado de operários e camponeses em solo alemão é hoje eloquente afirmação da capacidade realizadora da classe operária e dos trabalhadores sob a direcção do seu Partido revolucionário de vanguarda, das vantagens e necessidade de cooperação fraternal entre os países da Comunidade Socialista, da imensa e indiscutível superioridade do socialismo sobre o capitalismo.

As realizações e êxitos do campo socialista, da URSS, da

RDA e demais países socialistas, constituem um enorme estímulo para os trabalhadores e o povo português na sua luta em defesa das conquistas da revolução de Abril e para todos os povos do mundo que lutam pela sua emancipação social e nacional.

As celebrações do 35.º Aniversário da RDA têm lugar numa conjuntura internacional marcada por um perigoso agravamento da situação internacional, em resultado da política militarista agressiva do imperialismo, em primeiro lugar do imperialismo norte-americano. A instalação de novos mísseis nucleares dos EUA na RFA e outros países europeus da NATO constitui uma nova e perigosíssima ameaça para a segurança dos países socialistas e para a paz mundial.

Numa tal situação o nosso Partido considera de maior importância o fortalecimento da unidade e coesão do movimento comunista internacional, na base dos princípios do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário, assim como o fortalecimento da cooperação e solidariedade recíproca de todas as forças revolucionárias, anti-imperialistas e amantes da paz.

Ao longo da sua existência a RDA afirma-se como um sólido baluarte da paz e da coexistência pacífica, desenvolvendo esforços tenazes para que jamais uma nova guerra possa ser desencadeada a partir de solo alemão. O PCP tem o mais alto apreço pela activa política de paz e de solidariedade internacionalista do PSUA e da RDA. O PCP combate firmemente as campanhas de mentiras e calúnias dirigidas contra o vosso país e denuncia as posições e tendências neofascistas e revanchistas, designada-

mente na RFA, que recusam reconhecer a realidade da RDA como Estado independente e soberano e procuram pôr em causa as fronteiras saídas da 2.ª Guerra Mundial e os Tratados que as consagram.

Queridos Camaradas: Desajando-vos novos sucessos no vosso trabalho pacífico e criador de edificação da sociedade socialista, expressamos a nossa vontade de continuar a agir para o fortalecimento e desenvolvimento das

tradicionais relações de amizade, cooperação e solidariedade existentes entre os nossos dois partidos, no interesse dos nossos dois povos e países e da causa comum do socialismo e da paz.

Viva o 35.º Aniversário da República Democrática Alemã! Viva a amizade entre o Partido Comunista Português e o Partido Socialista Unificado da Alemanha!

Viva o Internacionalismo Proletário!

Com uma imensa alegria NOTAS AUTOBIOGRÁFICAS

Joaquim Pires Jorge

Com 32 páginas de ilustrações 450\$00 COM VERDADE CONHEÇA O P.C.P. PIRES JORGE: Uma vida de luta de um dirigente comunista

Avante! Proletários de todos os países: UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soares Pereira Gomes - 1699 Lisboa CODEX Tel. 768345

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soares Pereira Gomes - 1699 Lisboa CODEX Tel. 768345

DISTRIBUIÇÃO: CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL, Serviços Centrais, Av. Santos Dumont, 57, 2.º, 1000 Lisboa Tel. 779828/779825/769751

Casa da Venda em Lisboa: Rua do Seculo, 80 - 1200 Lisboa Tel. 372238

Centro Distribuidor de Évora: Alarcova de Baixo, 13 - 7000 Évora Tel. 26361

Centro Distribuidor de Faro: Rua 1.º de Dezembro, 23 - 8000 Faro Tel. 24417

Delegação do Norte: Centro Distribuidor do Porto: R. Miguel Bombarda, 57B - 4000 Porto Tel. 633908/639615

Centro Distribuidor de Coimbra: Terreno da Evra, 6 - 3000 Coimbra Tel. 28394

ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-4.º Esq.º - 1000 Lisboa Tel. 766402

EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 - Venda Nova 2700 Amadora Tel. 900044

PUBLICIDADE CENTRAL: Alameda 31.º António dos Capuchos 6-B - 1100 Lisboa Tel. 776936/776750

Porto - Rua do Almada, 18.2.º Esq.º - 4000 Porto Tel. 381067

Composto e impresso na Heskla Portuguesa - R. Elias Garcia, 27 - Venda Nova - 2700 Amadora

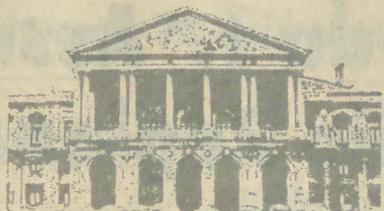
Depósito legal n.º 205/84

Tragem do mês de Setembro: 39 387

Assembleia da República

Maioria tenta encobrir com fumo o fogo dos problemas concretos

Ao fumo com que a maioria — ajudada pelos «oposicionistas» que se «opuseram» — pretendeu encobrir um debate já de si arredado das realidades do País, avançando com uma proposta de aditamento ao actual Regimento da AR, que pretendeu proibir de fumar quantos no hemiciclo trabalharam ou apenas fazem número, respondeu o PCP indo directamente ao fogo das questões concretas. Coincidência, está visto. Mas bem ilustrativa do modo como os eleitos da maioria vêem e sentem os problemas dos portugueses em contraste com os que pretendem resolvê-los.



«Discutir neste momento o fumo constitui uma fumaça», dizia o deputado comunista José Magalhães, criticando frontalmente a iniciativa de dois deputados do PS que haviam feito a proposta. Fumaça para encobrir os malefícios — não do tabaco! — que o Regimento que vem sendo elaborado trará para os direitos da oposição. Como quem diz «façamos dos malefícios do tabaco e não do que nos preocupa», precisa-se ao contrário do personagem que, no monólogo de Tchekov, fala aos espectadores das suas dores e problemas em vez do que lá anuncia no projecto da conferência sobre os males que o tabaco faz...

Pois discutiu-se muito em volta dos malefícios do tabaco, e até das liberdades dos não fumadores. E pouco dos malefícios do Regimento que a maioria quer impor e das liberdades que quer cercar. Embora mostrando-se dispostos para discutir o problema — que é no entanto questão menor em face da grandeza e actualidade de outras — os comunistas não colaboraram na encenação deste verdadeiro «pólo de diversão» que tomou nada menos de meia dúzia de horas aos deputados e que acabou por ser retirado como aditamento ao Regimento, havendo os proponentes do mesmo transformado a iniciativa em projecto de resolução que será discutido «oportunamente»...

Mas se o fumo encheu a Assembleia contra a vontade do PCP, os deputados comunistas não deixaram de levar à tribuna as questões quentes. Concretamente levaram o fogo. Pela voz do deputado João Abrantes, que acusou, na passada segunda-feira, o Governo de nada fazer para prevenir os incêndios florestais no Verão. E, falando de fogo, falou também de água, acusando ainda o Executivo de adoptar a mesma atitude quanto à prevenção das cheias, no Inverno.

Não foi isto a propósito de fumo. Mas a propósito de um tema actual — a realização recente do Congresso Nacional dos Bombeiros. Recordando que, em menos de um ano, os bombeiros portugueses estiveram empenhados em duas missões importantes — as cheias de 83 e os fogos florestais de 84, sublinhando que a AR não pode deixar de se preocupar com as consequências de tais ocorrências e de tentar «colimar os seus efeitos», colhendo sugestões e ensinamentos junto das organizações dos bombeiros, o deputado do PCP lembrou à Assembleia a realização do XXXVI Congresso Nacional dos Bombeiros Portugueses que terminou no final do mês passado em Viana do Castelo, tendo decorrido durante cerca

de uma semana com a participação de centenas de delegados de meia centena de corporações de bombeiros.

E as verbas?

Levando ao plenário os problemas levantados no congresso, João Abrantes apontou a vastidão dos mesmos, antes de debruçar-se sobre as questões financeiras, as mais graves, talvez, com que se debatem os bombeiros portugueses, pois não é só com boa vontade e valentia que se apagam fogos.

E afirmou nomeadamente: Diversos estudos realizados apontaram a necessidade da vigilância, prevenção, detecção e segurança do combate a incêndios, com especial relevo para os fogos florestais, a necessidade de medidas de segurança no transporte de mercadorias perigosas e nos edifícios de grande altitude; analisou-se mesmo a possibilidade de confronto com acidentes nucleares que advirão da presença de submarinos nucleares americanos em portos portugueses.

Especial atenção mereceram as questões económico-financeiras. Muitas das corporações estão ameaçadas de ruína, pelo não pagamento dos subsídios de

combustíveis, a não actualização do preço do km a pagar pelas estruturas do Estado na utilização de ambulâncias, o não cumprimento dos Acordos com os Serviços Médico-Sociais dos transportes de sinistrados em ambulância da responsabilidade dos mesmos.

A grande maioria destes problemas arrasta-se já há vários anos e não só foram objecto de tratamento em anteriores congressos como foram apresentados às entidades tutelares. Daí que logo de início se tenha afirmado claramente estar ali para obter respostas concretas e não promessas demagógicas para as inúmeras deliberações e conclusões de anteriores congressos.

Pensando travar as justas críticas, o MAI lá foi dizendo que estava desbocada uma verba para pagar os combustíveis do 1.º semestre de 84 e tirando mais um trunfo da bagagem prometeu mandar inscrever 350 mil contos no Orçamento de Estado para 1985 para distribuir aos bombeiros, através do Serviço Nacional de Bombeiros.

Da proposta de Orçamento para o próximo ano tiramos as necessárias lições!

Depois de lembrar que as conclusões do Congresso apontaram a exigência da via-

bilização económico-financeira das corporações através de várias medidas a tomar — linha de crédito a juro bonificado para a renovação de equipamento, isenção de imposto de transacção na aquisição de material, pagamento atempado de combustíveis, actualização do preço do quilómetro a pagar pelos SMS, inscrição obrigatória no Orçamento do Estado das transferências de verbas para as autarquias provenientes do imposto de incêndios e, finalmente, a reclamação feita no Congresso da criação de uma Escola Nacional de Bombeiros, com a respectiva inscrição de verbas para a sua concretização já no OE de 1985, a intervenção de João Abrantes referiu-se particularmente a uma outra conclusão do Congresso:

Os bombeiros e a NATO

Mas, sem dúvida, a mais importante resolução deste Congresso é a recusa frontal à tutela governamental imposta pela Lei de Segurança Interna, a rejeição da integração numa só lei dos conceitos e regulamentação de segurança interna e protecção civil. O Congresso criticou as intenções do SNPC e do MAI, ao mesmo tempo que acusa o SNB de certo con-

formismo e conclui que, passo a citar «enquanto associações civis livres de carácter associativo devem manter a sua autonomia, recusando assim a tutela de organismos que não sejam escolhidos pelos próprios».

Esta conclusão deve ser devidamente ponderada e apreciada na Assembleia da República, — afirmou o deputado do PCP —, tanto mais que as tentativas de envolvimento das corporações de bombeiros em tarefas do âmbito da NATO é um dos objectivos claros do Governo, patente no Decreto-Lei n.º 279/84, de 13 de Agosto, ao criar, na dependência do Primeiro-Ministro o Conselho Nacional de Planeamento Civil de Emergência.

A tranquilidade e a segurança das populações e seus haveres dependem, em grande parte, do realismo com que o Governo venha a dar resposta às petições dos bombeiros, dotando-os dos meios que melhorem a natureza e a qualidade do seu trabalho.

Passar a brasa...

E o deputado comunista afirmou:

É e assim para o Verão e para o Inverno! Na opinião de um conceituado técnico, os fogos florestais apagam-se no Inverno e as catástrofes não se solucionam com as boas intenções dos governantes, em cruzadas pomposas de distribuição de migalhas a quem fica reduzido à miséria.

Ninguém pode estar tranquilo quando à realidade de tanta carência se responde com promessas, que a seguir se esquecem porque no Inverno não há fogos, enquanto não se tomam as necessárias medidas.

Os governos, este Governo, não podem empurrar as suas responsabilidades para as autarquias locais que como é conhecido têm tido um papel exemplar no apoio às corporações de bombeiros na comparticipação de construção de sedes, na compra de autotranques, de ambulâncias.

Há inúmeras cartas em que o Governo responde aos bombeiros dizendo-lhes que peçam dinheiro às Câmaras porque é a sua responsabilidade. É o passar da brasa a arder! Mas se o Governo já se habituou a «passar a brasa», o mesmo acontece com os seus venerandos deputados que, quando não passam a brasa a outros, passam pelas brasas ou nem sequer aparecem para garantir o quorum. Apesar dos esforços que o presidente tem feito (junto dos jornalistas) para «prestigiar» a AR, o facto é que a maioria não quer saber e não é a oposição que se obriga a estar lá em peso para votar disposições que se voltarão contra si. No caso das alterações ao Regimento, o quorum tem sido difícil. E prevê-se para hoje mais uma maratona e mais uma madrugada de trabalho.

Nacional

A Unita, a RTP e a «liberdade de informação»

Quem tenha estado atento a todo o processo não lhe terá passado despercebido o facto de o momento escolhido para a transmissão do programa sobre a Unita — tristemente célebre antes mesmo de ter sido divulgado por antena — ler «caído» em altura em que as relações do Governo português com o Estado e com o Governo angolano passam por uma fase bastante difícil. Dir-se-ia que aparece oportunamente para todos quantos em Portugal, sentados nas cadeiras do poder ou comendo à sua mesa, apostam no endurecimento das relações entre os dois países que tiveram, com o 25 de Abril e a independência de Angola, uma oportunidade histórica de reconciliar-se e desenvolverem amistosas relações baseadas nos princípios de independência nacional, do respeito dos direitos do homem, do direito dos povos à autodeterminação e à independência, da igualdade entre os Estados, da solução pacífica dos conflitos internacionais, da não ingerência nos assuntos internos dos outros Estados e da cooperação com todos os outros povos para a emancipação e o progresso da humanidade.

Dir-se-á que a citação de princípios é longa. Mas ela vem na Constituição da República Portuguesa e não somos daqueles que consideram o texto da Lei Fundamental enfadonho e «programático» no sentido que a direita lhe costuma dar. Se a Constituição é «enfadonha» para o Governo, percebe-se, já que se acostumou a passar por cima dela, já que é um texto embaraçoso para as suas actividades.

Porque achamos fundamental o texto, a ele voltamos. Para recordar que «Portugal preconiza a abolição de todas as formas de imperialismo, colonialismo e agressão» (...), para lembrar que «Portugal reconhece o direito dos povos à insurreição contra todas as formas de opressão, nomeadamente contra o colonialismo e o imperialismo, e manterá laços especiais de amizade e cooperação com os países de língua portuguesa»...

Não é difícil concluir que, no programa a que aludimos, na sua apresentação e nas intenções que presidiram à sua feitura, tais princípios andaram completamente arredados.

A RTP é estatizada?

Realizada em Dezembro e Janeiro passados, a reportagem foi levada a cabo em território angolano, organizada pela RTP e paga com dinheiro português. Não funciona aqui a «desculpa» de tal iniciativa ter sido levada a cabo em território invadido pelo exército sul-africano. Apesar de não

sabermos se a equipa se deslocou com vistos passados pelo Estado racista da África do Sul, o que sabemos — e chega — é que não foram solicitados vistos à República Popular de Angola para lá se deslocar pessoal da televisão portuguesa. O Governo angolano transmitiu mesmo um protesto formal acerca do procedimento ao seu embaixador em Portugal, para ser entregue às autoridades portuguesas.

E a liberdade de informação? — perguntam os sempre bem intencionados paladinos das liberdades dos opressores. Não é disso que se trata, por agora. Do que se trata é que as relações entre os dois Estados foram feridas por um procedimento grave da parte de um organismo estatal português. Não esquecer que a RTP autorizou mesmo — com conhecimento — uma verba de 4500 contos em divisas para os gastos com o programa.

Neste caso, o seu autor, um tal Barata Feyo, apesar das delongas na apresentação do programa e da suspensão a que foi sujeito (que não deixará de ser revista, com todos os apoios que merece), não ficará a perder. Ganhou em publicidade; a reportagem foi finalmente exibida; e, por fim, publicou uma brochura luxuosa que Jonas Savimbi não deixou de aproveitar para a sua propaganda. Barata Feyo, tal como a RTP, é mesmo um exemplo do jornalismo independente.

A pergunta que se coloca: a RTP é estatizada? Ou não?

O conteúdo

A «não ingerência nos assuntos internos de outros Estados» foi violada por um órgão dependente do Estado português. Os «laços especiais de amizade e cooperação com os países de língua portuguesa» foram comprometidos por um órgão dependente do Estado português. Isto na forma. Mas também no conteúdo já que, como sabemos, estas coisas andam sempre ligadas. E de que maneira!

E se o Sindicato dos Jornalistas — isto é, a sua direcção actual — não vê caso para tomar qualquer posição sobre o conteúdo da reportagem exibida, é natural, pois tal estrutura já se mostrou capaz de muita coisa, mas não tanto de defender os princípios constitucionais, nomeadamente aqueles pelos quais diz bater-se, a saber os do pluralismo, os da independência, os da «objectividade» da informação estatizada.

Que outra posição esperar de tais dirigentes sindicais que não usaram tanta veemência para que a legalidade fosse reposta e os seus colegas «saneados» fossem readmitidos na RTP? Que esperar dos que

não vêm a público defender que os problemas nacionais sejam tratados com equidade e verdade nos órgãos estatizados? A Reforma Agrária incomoda-os tanto que o silêncio que se abate sobre ela é suave manto; os ataques às nacionalizações não os preocupam; as liberdades não as sentem eles ameaçadas. Mas eis que um Feyo realiza um programa de propaganda à UNITA e que o Governo, por uns meses, teme dar-lhe divulgação. Logo fazem coro com a pior reacção, aqui del-rei que a liberdade de informação está ameaçada...

Fá-lo-iam com tanta veemência se o conteúdo fosse outro, diferente, contrário, verdadeiro? Permilmo-nos duvidar.

É que, como sublinha a nota da SIP do PCP publicada no dia seguinte ao da vergonhosa transmissão do programa dos «robinsons» (mas quais «robinsons», com tão maços apoios da África do Sul e outros?), o conteúdo da mesma fez com que tal programa, «longe de ter constituído uma afirmação da liberdade de informação em Portugal, se saldou por um reforço da intoxicação e da manipulação da opinião pública, por um novo atentado contra o direito dos portugueses a serem informados com verdade e objectividade, por mais um passo na utilização da televisão nacional como instrumento de propaganda do imperialismo, do racismo sul-africano e dos fanatismos que o servem».

A SIP acusa ainda a reportagem de se haver afirmado como «peça de descarada propaganda da Unita contra a República Popular de Angola», caracterizando-a pela «notória parcialidade, por uma deliberação falta de rigor e por gritantes atropelos à mais elementar dignidade e ética profissionais». Mas será que estes princípios — verdade, objectividade, ética, dignidade — preocupam os actuais representantes dos jornalistas portugueses e os bem-pensantes que escrevem nas colunas «democráticas» e «objectivas» do «Jornal» e do «Expresso»? É de acreditar que não. Como se não preocupam que tenha sido dado — e pago com milhares de contos — mais tempo de antena «às actividades da Unita e do seu chefe (comprovado colaborador da Pide e do colonialismo português e destacado serventório do imperialismo e do regime do apartheid)» do que «é concedido anualmente às lutas dos trabalhadores portugueses ou às forças políticas democráticas que se opõem ao Governo PS/PSD e à sua política de desastre». Zangam-se com umas coisas e não se zangam com outras. São bem suspeitos, pois, os motivos das suas zangas.

Requerimento do PCP «Tratamento de favor para a banca privada»

Dirigido ao Governo, foi entregue anteontem na Assembleia da República um requerimento assinado por deputados comunistas que questiona o executivo sobre a ilegalidade da autorização de transformação da SPI (Sociedade Portuguesa de Investimentos) em Banco de Investimentos. «sem obrigatoriedade de realização do capital social mínimo», como manda o próprio decreto governamental que regulamenta a constituição de bancos privados. O requerimento dos comunistas lembra que tal decreto (com o número 51/84), de 11 de Fevereiro, «dispõe» no n.º 1 do artigo 25.º que nenhum banco comercial ou de investimento pode constituir-se com capital social inferior a 1,5 milhões de contos».

Como sublinha o requerimento do PCP, «acresce que o n.º 2 do mesmo artigo 25.º dispõe que mediante decreto regulamentar, poderá ser elevado o montante mínimo referido no número anterior. E em nenhuma disposição do referido Decreto-Lei se admite a redução daquele capital mínimo, ou a possibilidade de o Primeiro-Ministro e ministro das Finanças decidirem pela autorização de constituição de um banco privado com capital social inferior ao estipulado».

Ora, refere ainda o requerimento comunista dirigido ao Governo e entregue na Assembleia da República, a portaria 726-AV/84, de 17 de Setembro, autorizou a transformação da SPI em banco de investimento.

«Sucede, porém, que a referida portaria permite que aquela sociedade de investimentos se transforme em banco de investimento mesmo que não esteja realizado o capital social mínimo». Antes das sacramentais perguntas ao Governo com que o requerimento finaliza (que razões levaram o executivo a um tratamento de favor à SPI em violação das disposições legais; qual a posição do Banco de Portugal no parecer obrigatório prévio que lhe cabe emanar), os signatários, deputados do PCP, comentam:

«É um procedimento que não só carece de cobertura legal como ofende expressamente proibições explícitas legalmente estabelecidas propiciando discriminações e situações de favor inteiramente inadmissíveis».

Eleições já no domingo

Confiança da APU na Madeira e Açores

A campanha eleitoral da APU na Região Autónoma da Madeira para as próximas eleições legislativas locais, decorreu em boa forma. Os porta-a-porta e as bancas de rua que, no Funchal, são feitos de manhã até ao almoço, têm granjeado a simpatia das populações e, muitas vezes, o entusiasmo particular dos mais novos. À tarde Francisco Ceia tem acompanhado os candidatos, o contacto torna-se festa e a campanha um acto cívico, político e cultural.

Em Boliqueime, por exemplo, a população fechou uma rua para que se fizesse um espectáculo explicando aos automobilistas a razão da sua atitude. No Bairro de Santo António as crianças cantaram e acabaram por transformar a sessão em verdadeira festa.

Entretanto à hora do almoço — e ainda no Funchal — brigadas da APU percorrem as empresas (construção civil, bordados e hotelaria) a fazer uma campanha em geral bem recebida. Milhares de panfletos e dezenas de panos enchem as ruas, a APU transborda pelo comêlho. Ontem mesmo o camarada Dias Lourenço, membro da CP do CC do PCP e director do «Avante!» falou num comício no Cine-Casino.

Nos comícios a actividade da Aliança Povo Unido também faz mexer este período de campanha eleitoral. Em Santa Cruz, por exemplo, têm-se realizado caravanas, o deputado do PCP na Assembleia da República, José Magalhães, participou num animado convívio, enquanto um comício se realizava no largo da igreja da vila, vencendo os boicotes do Governo Regional (que havia feito chantagem forçando os donos da sala de espectáculos da zona — já alugada e paga para a sessão da APU — a recuar na cedência das instalações). Carlos do Carmo actuava com grande êxito.

E mais: no Machico um jantar/convívio reuniu cerca de cem simpatizantes. Cortaram a corrente eléctrica e o jantar prosseguiu à luz das velas, tendo usado da palavra o camarada José Cavaco, membro

do CC do PCP, e Francisco Ceia actuado sem microfone, vencendo em toda a linha o boicote primário tentado com a electricidade.

Em relação aos outros comêlhos — todos do «campo», como se diz na Madeira — fizeram-se duas grandes caravanas-autómóvel para distribuição de propaganda, colocação de faixas, etc., sendo sempre bem recebidas.

E os outros partidos? Bom, o PS pouco faz (como sempre pouco fez na Assembleia Regional) para se empenhar na campanha eleitoral. O CDS por lá anda com furores de oposição a disputar o terreno ao PPD, enquanto este, na inesperada contingência de responder a algumas questões incómodas levantadas pela campanha da APU, carrega na tecla «anticontinental», procurando albardar o Governo da República com as montanhas de incompetências dos seus executivos na Região.

É curioso referir, a propósito do pépêde, que o seu tempo de antena é gasto, em exclusivo, pela presença de João Jar-

dim, manifestamente desconfiado dos méritos de qualquer correligionário em lhe defender a honra do convento. Assim defende-a ele e de modo eterno exemplo que «a emigração na Madeira é necessária porque a terra é pequena» e explicando, por outro, que «os campos da Madeira estão abandonados porque toda a gente quer ir para as cidades». De qualquer modo o homem anda assustado: passa o tempo a defender-se das acusações da APU, a ameaçar que se não votarem no PSD virá a fome e o desemprego e finalmente que se não votarem nele, João Jardim, não votem em mais nenhum partido (!). E lá vai inaugurando passeios feitos até metade, entregando chaves de casas sem portas nem janelas e — sinal dos tempos! — a promover, pela primeira vez, propaganda nas ruas através de «militantes» pagos.

Já que estamos no pitoresco, refira-se que o major Tomé apareceu por lá a fazer campanha pela descredenciada UDP, dizendo esta maravilha: «Eu, no parlamento, fiz mais que os

40 deputados comunistas juntos!».

Em resumo: apresentando ao eleitorado um trabalho político exemplar na Assembleia Regional e na defesa dos interesses do povo e da Região, a APU parte para estas eleições com confiança e na base de uma campanha que já vai colhendo os frutos de uma actuação honesta, transparente e dinâmica.

Açores: dois objectivos

Nos Açores a APU orienta a sua campanha para dois objectivos: aumentar a influência eleitoral em toda a Região Autónoma e em cada uma das ilhas e conseguir a eleição, pela primeira vez, de deputados com a consequente criação de, pelo menos, uma representação parlamentar na Assembleia Regional.

Como disse o camarada Decq Mota, membro do CC do PCP, da DORAA do PCP e cabeça de lista pela APU em S. Miguel, este objectivo, «não sendo fácil de alcançar, é possível, está ao alcance e seria

extremamente importante porque possibilitaria outras perspectivas de trabalho e de luta, não só a nós enquanto força política mas ao sector democrático em geral, aos cidadãos que se opõem ao poder regional estabelecido em geral», acrescentando que «a nossa presença, actuação e intervenção, no órgão constitucional e estatutariamente mais importante da Região Autónoma, poderia facilitar a criação de perspectivas a muitos e muitos cidadãos».

A campanha da APU, entretanto, tem corrido com dinamismo e recebido bom acolhimento por parte das populações. Há sinais evidentes do aumento do prestígio da APU nesta Região Autónoma pois, como também diz Decq Mota, «hoje em dia é comum ouvir-se as pessoas dizerem e aceitarem que, de facto, a única mudança possível nestas eleições é a eleição de deputados pelas listas da APU — uma ideia especialmente generalizada em S. Miguel». Resta saber, como acrescentou o próprio Decq Mota, «qual a aplicação dessa ideia no momento do voto».



O PPD/PSD, nitidamente temeroso das consequências da sua desastrosa política no Governo Regional sobretudo passíveis de se reflectirem no aumento da abstenção desdobrada em inaugurações, visitas a coberto das atribuições governamentais, promessas a rodos com ameaças pelo meio, o recurso à vasta rede de influências, caciquismo e medo que possui na Região. Sim, o medo é uma realidade política do dia-a-dia açoriano, facilmente explicável se nos recordarmos que 25% a 30% da população activa do arquipélago trabalha no Governo Regional... Assim os subsídios descontrolados a colectividades e autarquias para fixar clientela eleitoralis é um dos empenhos pessoais de Mota Amaral no momento presente, deixando escapar, por

descuidos na pose seráfica de «social-democrata», a natureza totalitária, retrógrada e ambiciosa que sobejamente se tem manifestado ao longo das suas chefias nos governos regionais dos Açores. Quanto ao PS lá vai fazendo a oposição bem comportada de sempre, nitidamente à espera de partilhar com o parceiro pépêde no «bloco central» umas pastas nos Açores. O CDS, esse engalinhava-se em regionalismos primários com os pépêdes, igualmente a disputar-lhe o poleiro. No meio de tudo isto a APU, com propostas concretas, análises profundas, trabalho honesto, avança com confiança a sua sigla eleitoral: «Vota Aliança Povo Unido, uma força necessária para a mudança possível».

60 mil contos para o Vitória

Assim vai a campanha

• Ultrapassados os 12 mil contos

A 4 de Outubro a campanha dos 60 mil atingiu os 12 830 300\$00, ou seja 21,38 por cento da meta. Este valor não inclui ainda a verba conseguida na Festa do «Avante!», uma vez que essas contas não estavam ainda fechadas (houve despesas, logo há que apurar o saldo).

A campanha para a aquisição do Vitória (tema em foco no Suplemento desta edição do «Avante!») prossegue, na sua segunda e última fase, com um vasto e diversificado conjunto de iniciativas em toda a Organização Regional de Lisboa.

Mas voltando ao total apurado em 4 de Outubro, vejamos os valores conseguidos por cada organização: Alenquer — 29 000\$00; Arruda — 20 000\$00; Azambuja — 10 000\$00; Cadaval — 0; Mafra — 37 500\$00; Lourinhã — 5 750\$00; Sobral — 25 000\$00; T. Vedras — 87 500\$00; Amadora — 208 368\$50; Cascais — 438 348\$50; Carnaxide — 618 000\$00; Oeiras — 66 850\$00; Sintra — 87 260\$00; Queluz — 130 700\$00; Loures Ocidental — 458 920\$00; Loures Oriental — 319 677\$00; V. Franca de Xira — 633 610\$00; Comité Local de Lisboa — 5 059 877\$00; Bancários — 506 877\$50; Seguros — 46 553\$00; S. Público — 309 698\$00; Transportes —

Organização	Valor
907 940\$00; Função Pública	502 330\$00; S. Saúde
740 835\$00; S. Informação	102 600\$00; S. Intelectual
399 600\$00; S. Sindical	139 251\$00; SIP/DORL
58 410\$00; CT Vitória	110 350\$00; DORL
769 495\$00	

Por lapso, na última edição

do «Avante!» não referimos na lista com os valores alcançados pelas organizações os contributos do Sector de Transportes e de Oeiras, que apresentavam na altura valores semelhantes aos da presente lista.

A conta bancária da campanha

Há muitas maneiras de contribuir para a campanha do Vitória, tendo em conta a diversidade dos materiais e das iniciativas. Mas, em «último recurso», o camarada ou o amigo que queira depositar a sua contribuição directamente na conta da campanha também o pode fazer. Trata-se da conta 014/277323/0001.8 do BES-CL/Av. Liberdade.

S. Martinho Popular no Cabeço de Montachique (Loures)

A iniciativa é do Secretariado Concelhio de Loures do PCP, que a revelou assim ao «Avante!»:

«Integrado no conjunto de iniciativas de angariação de fundos para a Campanha dos 60 mil contos, o Secretariado Concelhio de Loures do PCP decidiu levar a efeito no dia 11 Novembro no Cabeço Montachique um grandioso «S. Martinho Popular».

«Um dia inteiro de Festa rija! Música, desporto, almoço, castanha e água pé e tudo aquilo a que a nossa imaginação e poder criativo der vida.

«Um dia de convívio e amizade não só dos comunistas, mas de todos os democratas e amigos que participarem.

«Haverá também uma intervenção política de um membro da direcção do Partido.

«O «S. Martinho Popular» será um valioso contributo para o êxito da Campanha dos 60 mil contos e uma bela jornada de confraternização, de alegria e confiança na luta pela defesa do Portugal de Abril».



Charneca da Caparica

Ergue-se mais um Centro de Trabalho do PCP

Mais uma casa do Partido?

É verdade. Na Charneca de Caparica, localidade da freguesia da Costa de Caparica, os militantes comunistas erguem mais um Centro de Trabalho do PCP, espaço aberto a todos os democratas.

Sendo uma velha aspiração desta localidade do concelho de Almada, este novo Centro de Trabalho toma-se a pouco e pouco, mas com determinação e vontade, uma realidade e um novo instrumento para dinamizar a acção do colectivo de comunistas da Charneca.

As acções em marcha são diversificadas: recolha directa de fundos, utilização de materiais, promoção de iniciativas, etc. E o objectivo é apenas um: pôr de pé a 100 por cento no mais

curto espaço de tempo possível o novo Centro de Trabalho do Partido Comunista Português.

Ah! já nos esqueçamos: o organismo de direcção da Organização Local da Charneca de Caparica lembra que já se fazem reuniões no seu primeiro piso e que para conclusão do segundo piso (1.º andar) no próximo fim-de-semana haverá uma jornada de trabalho que será apoiada com um almoço (que naturalmente terá em conta a campanha de fundos pró-Centro, embora sem «abusar» nos preços, é evidente!

Animação político-cultural no CT da Costa de Caparica

A Paz, questão central dos povos — este o tema

que será abordado no próximo sábado, dia 13, a partir das 16 horas, em mais uma tarde de animação político-cultural no Centro de Trabalho da Costa de Caparica. Será exibido um filme de longametrage intitulado «Na Vanguarda da Paz», estando igualmente prevista a intervenção de um camarada da Secção Internacional do Partido.

Esta iniciativa insere-se num programa de actividades da organização da freguesia da Costa de Caparica e tem como objectivo o debate, o convívio e a elevação dos conhecimentos políticos e culturais dos membros da organização e de outros camaradas e amigos que habitualmente participam nas iniciativas.

No sábado haverá um lanche-convívio.

Atenção às festas de fim-de-ano

Já não falta muito tempo para a entrada num novo ano. E a campanha do Vitória está também atenta a esse momento. A noite de 31 de Dezembro de 84 para 1 de Janeiro de 85 será, em várias iniciativas promovidas por organizações do PCP no distrito de Lisboa, espaço de unidade, de confiança e também de apoio à campanha dos 60 mil.

Está, pois, confirmado: este ano serão lançadas

as festas de passagem de ano, iniciativas que, por vários motivos, nos últimos anos nem sempre se têm realizado com o destaque e a variedade de anos anteriores.

Agora, no âmbito da campanha para a compra do Vitória, essa «falha» será ultrapassada, estando já previstas algumas festas-convívio que irão certamente ao encontro do interesse manifestado todos os

anos por muitos camaradas e amigos, por muitos democratas que gostam de entrar num novo ano em atmosfera de amizade e confraternização, de alegria e combatividade, juntamente com o PCP.

No Sector Intelectual — e este é apenas um exemplo — temos a festa que será organizada pelos professores, iniciativa que, tudo indica, assinalará a passagem de ano a pensar no futuro e no Vitória.

Lousã

A Câmara tem que assumir responsabilidades

— diz a Concelhia do PCP

A Comissão Concelhia de Lousã do PCP exige que a Câmara Municipal (PS, PPD e CDS) «assuma as suas responsabilidades na resolução dos problemas do concelho, de acordo com as promessas eleitorais».

Em reunião realizada recentemente e que se destinou a analisar a situação política e social do concelho, a Comissão Concelhia concluiu que «se assiste à degradação da qualidade de vida pelos maus serviços prestados por uma Câmara que não cuida dos interesses da população». A água, por exemplo, encontra-se inquinada desde Julho e os casos de doenças gastro-intestinais têm proliferado, «enquanto a Câmara continua muda e de braços cruzados».

Outra situação caracterizadora do imobilismo do executivo camarário é a não conclusão

das obras da rede de esgotos da vila. Os trabalhos foram iniciados há dez anos e, hoje, apesar da estação de tratamento ainda não funcionar, estão-se a fazer ligações aos colectores.

Com a saúde pública constantemente ameaçada, como se pode ver, o Hospital de Lousã, obra que importou em mais de 100 mil contos, ainda não abriu por falta de equipamentos.

A Comissão Concelhia do PCP debruçou-se também sobre a situação financeira do município para concluir que, «em resultado de uma política de endividamento crescente», no início deste ano a edilidade tinha uma dívida de 150 mil contos. «A situação chegou a tal ponto que o presidente da Câmara passa a vida a fugir dos credores», sublinha aquele organismo do PCP.



Encontro de quadros do distrito de Viseu

A análise da situação política e social, as tarefas que se colocam aos militantes comunistas, a campanha de reforço da organização e a situação na frente dos fundos são os temas agendados para o encontro de quadros do distrito de Viseu, que decorrerá no próximo dia 21 (domingo), no salão da Escola de Enfermagem, em Viseu, com a participação do camarada Jaime Serra, membro da Comissão Política do CC.

Os camaradas que estarão presentes neste encontro têm à sua espera

um almoço-convívio a realizar no Centro de Trabalho do Partido.

A situação no distrito de Portalegre

O plenário da Comissão Distrital de Portalegre do PCP reuniu-se recentemente para analisar a situação política e social do distrito. Depois de fazer um balanço do andamento das campanhas orgânicas do Partido, o plenário aprovou a realização da 1.ª Assembleia da Organização distrital, que se realizará no próximo dia 13 em Avis.

Depois de analisar a situação na agricultura e nas pequenas e médias empresas e de ter sublinhado a necessidade da continuação da luta de massas, a Comissão Distrital fez um balanço da situação vivida no distrito, tendo salientado, nomeadamente, que o «aumento da repressão aos trabalhadores no seu local de trabalho, aumento do número de trabalhadores com os salários em atraso e com contratos a prazo, baixa constante do poder de compra das camadas mais desfavorecidas, agravamento da situação do pequeno e médio comércio, difícil situação dos pequenos agricultores, aumento das corrupções e compadrio, continuação da ofensiva às conquistas do 25 de Abril, com destaque para a Reforma Agrária, são factores de extrema importância para a unidade na luta sem tréguas a esta política de desastre nacional».

«Apatia e submissão» na Câmara de Guimarães

A Comissão Concelhia de Guimarães do PCP reuniu-se recentemente para discutir as conclusões da última reunião do Comité Central do Partido e para fazer uma apreciação da situação política e social do concelho.

Depois de fazer um balanço dos problemas sentidos pela população, este organismo do PCP concluiu que «no plano local, agrava-se e degrada-se cada vez mais a situação social, económica, política e cultural», dado, por um lado, o encerramento de numerosas empresas, a não abertura das feiras de gado e os problemas resultantes da aplicação dos novos horários pelo pequeno e médio comércio local, e por outro lado devido à actuação da Câmara Municipal.

Relativamente à prática da autarquia, a Comissão Distrital de Guimarães do PCP concluiu que «a apatia e submissão à política governamental por parte da Câmara de presidência

Gamaradas falecidos

António Duarte

Com 51 anos, faleceu recentemente no Hospital da cidade da Horta, vítima de ataque cardíaco, o nosso camarada António Duarte, membro da Direcção da Organização da Região Autónoma dos Açores (DORAA) e da Comissão de Ilha do Faial do PCP, e candidato da APU pelo círculo do Faial nas próximas eleições regionais. Activo animador cultural, António Duarte era professor efectivo e orientador de estágio na Escola Secundária da Horta. Dirigia também um grupo de teatro formado recentemente, o TEHOR. António Duarte, homem prestigiado na Horta e na ilha do Faial, participou com

determinação na actividade do Partido e nas acções unitárias.

Carlos Fernandes Hasse

Na sequência de grave doença, faleceu no passado dia 3, com 47 anos, o nosso camarada Carlos Alberto Fernandes Hasse, membro do Secretariado da célula dos trabalhadores comunistas do Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa (BESCL). O camarada residia em Paço d'Arcos.

Conceição Antónia

Faleceu recentemente a nossa camarada Conceição Antónia, conhecida activista do

Centro de Trabalho de Sacavém (concelho de Loures) e pessoa prestigiada na localidade.

António Fidalgo

Com 63 anos, faleceu no passado dia 8 o militante comunista António Fidalgo, da freguesia de Santos-o-Velho, em Lisboa.

Aos familiares, companheiros e amigos dos camaradas falecidos, o colectivo do «Avante!» expressa sentidas condolências.

«O ministro e este Governo não prestam e o seu lugar é na rua»

firmam os estudantes comunistas

competência das autarquias, o da Juventude e o acompanhamento das reuniões necessárias para assegurar tal serviço.

Para esta comissão da JCP concluiu o relatório de mais um ano lectivo, «à semelhança do ano anterior, a situação onde se registaram todos os males do nosso sistema de ensino e as consequências de uma governação irresponsável e desastrosa». Face a esta situação, a Juventude Comunista Portuguesa denuncia firmemente a política desastrosa deste Governo e a transfere a intermédio da política educativa de Augusto Seabra,

que tem levado às nossas escolas ao descalabro total, e ao mesmo tempo apela aos estudantes e suas estruturas representativas que se organizem para denunciar a gravidade do estado do ensino em Portugal e para que desenvolvam acções de protesto contra esta situação.

Também no distrito de Santarém, os estudantes comunistas reuniram-se para analisar a situação que o distrito vive ao nível do ensino, tendo concluído que a «situação agravou-se e que o ministro da Educação não tomou as medidas necessárias para este novo ano lectivo».

2.º Congresso em preparação

A fase preparatória do 2.º Congresso da Juventude Comunista Portuguesa, que se

realiza a 15 e 16 de Dezembro no pavilhão do Sacavense, prossegue com entusiasmo.

No passado dia 6 realizou-se uma reunião nacional de quadros para debater o trabalho preparatório. Com o mesmo objectivo, os quadros do distrito de Lisboa da JCP vão-se reunir dia 14 na sede nacional da sua organização.

O período de preparação do 2.º Congresso já entrou na sua segunda fase; na primeira, fez-se circular um questionário nacional sobre a organização e o papel da JCP, ao qual aderiram vários milhares de jovens, militantes e amigos da JCP.

Nacionalmente, a JCP vai-se reunir em 15 e 16 de Dezembro no pavilhão do Sacavense, prossegue com entusiasmo.

Terra

Compartes firmes em defesa dos baldios

• Mais de mil na Conferência de Viseu

Uma afirmação inequívoca da indignação que percorre as regiões serranas e da firme disposição dos seus povos em defenderem os maninhos da cobiça de caciques e de grandes interesses económicos, eis, muito provavelmente, uma das principais conclusões a tirar da II Conferência dos Baldios do Norte e Centro que reuniu mais de mil compartes e 145 conselhos directivos de baldios (CDB's) no último domingo, em Viseu.

No centro dos trabalhos, caracterizados por um debate vivo e participado que registou perto de três dezenas de intervenções, estiveram, com efeito, sempre presentes as tentativas múltiplas ensaiadas ao longo destes últimos anos com vista ao roubo dos baldios aos povos, propósitos esses que recentemente ganharam forma com a entrada na Assembleia da República de projectos de lei da iniciativa do PSD e CDS e que mereceram a aprovação na generalidade, para além destes partidos, do PS e ASDI.

Tais diplomas, ao contrário dos actualmentes em vigor (lei boa e justa como a classificam os povos e compartes) conduziriam de imediato, caso viessem a ser aplicados, à liquidação da administração democrática dos baldios com a conse-

quente cessação dos extraordinários benefícios que tal gestão tem permitido em vastas regiões do País.

Conforme vários oradores trataram de sublinhar nas suas comunicações passar para as autarquias a administração dos baldios significaria distanciar os povos das decisões que a eles dizem directa e exclusivamente respeito e constituiria meio caminho andado para que os baldios e os seus dinheiros fossem parar a mãos estranhas como as de industriais, celulosos, multinacionais e toda a casta de especuladores de propriedades.

Ao elaborarem estes projectos de lei — no entender dos participantes da Conferência de Viseu — os seus autores não só não respeitam como ofendem a «tradição, o direito,

os valores da moral e da justiça, o significado das grandiosas realizações económicas e sociais dos baldios».

Factor de progresso

Na verdade, conforme salienta a proclamação final aprovada no decorrer dos trabalhos não existe nenhuma outra forma de organização no País que tenha feito tanto pelo melhoramento de centenas de aldeias e lugares, sem quaisquer apoios por parte das entidades oficiais e, mais do que isso, enfrentando na maior parte das vezes a sabotagem, a hostilidade e a má-vontade dos Serviços Florestais, do Ministério da Agricultura e de outros organismos.

«Digam-nos quem, contra recusas ilegais de homologação — interrogam os povos e compartes dirigindo-se aos deputados que subscreveram os referidos projectos — contra devoluções inexplicáveis de actas, contra o congelamento arbitrário de contas bancárias, contra o não cumprimento por terceiros de decisões de tribunais, contra repetidas campanhas de intimidação, conseguiu não só manter uma grande vitalidade mas também prestar às comunidades serranas serviços, obras, melhoramentos de tal envergadura que hoje ultrapassam centenas e centenas de milhares de contos?»

E mais adiante, perguntam

ainda os compartes presentes em Viseu: «Querem que os povos serranos vivam ainda pior? Querem tirar o dinheiro e os valores das nossas terras, das nossas aldeias, para os irem meter noutros sítios ou dar a outros? Querem que não tenhamos direito a calçadas e caminhos, a estradas abertas e melhoradas? Que não tenhamos apoios por parte das entidades oficiais e, mais do que isso, enfrentando na maior parte das vezes a sabotagem, a hostilidade e a má-vontade dos Serviços Florestais, do Ministério da Agricultura e de outros organismos?»

«Digam-nos quem, contra recusas ilegais de homologação — interrogam os povos e compartes dirigindo-se aos deputados que subscreveram os referidos projectos — contra devoluções inexplicáveis de actas, contra o congelamento arbitrário de contas bancárias, contra o não cumprimento por terceiros de decisões de tribunais, contra repetidas campanhas de intimidação, conseguiu não só manter uma grande vitalidade mas também prestar às comunidades serranas serviços, obras, melhoramentos de tal envergadura que hoje ultrapassam centenas e centenas de milhares de contos?»

«Digam-nos quem, contra recusas ilegais de homologação — interrogam os povos e compartes dirigindo-se aos deputados que subscreveram os referidos projectos — contra devoluções inexplicáveis de actas, contra o congelamento arbitrário de contas bancárias, contra o não cumprimento por terceiros de decisões de tribunais, contra repetidas campanhas de intimidação, conseguiu não só manter uma grande vitalidade mas também prestar às comunidades serranas serviços, obras, melhoramentos de tal envergadura que hoje ultrapassam centenas e centenas de milhares de contos?»

Luta sem tréguas

Depois de aludir em circunstância de os baldios serem uma causa nacional na medida em que têm constituído um factor de progresso das regiões do norte e centro e da economia nacional e de salientarem as manifestações de apoio fraterno e solidário recebidas da parte dos agricultores, a proclamação detém-se na

luta presente e futura que os povos e compartes estão dispostos a desenvolver em defesa dos seus maninhos.

A este respeito, o documento recorda que se o apelo saído da Conferência para que haja justiça não for ouvido as gentes serranas não ficarão de braços cruzados e do mesmo modo que tudo farão para impedir o roubo dos baldios também saberão «contra ventos e marés aplicar as receitas para o desenvolvimento das nossas terras, melhorar o aproveitamento agrícola, pecuário e florestal».

Exemplos para esta firmeza e determinação não faltam. Casos como os dos povos de Serpins, no distrito de Coimbra, do Carvalhal, no de Castelo Branco, das serras de Moimenta, no de Viseu, do Préstimo e das Talhadas, no de Aveiro, de Vila Pouca, do Barroso, de Montalegre, em Trás-os-Montes, entre muitos outros, foram lembrados como casos de coragem e sacrifício que escreveram páginas heróicas na luta secular em defesa dos baldios.

No final dos trabalhos os participantes na II Conferência dos Baldios do norte e centro desfilarão pelas principais ruas de Viseu tendo uma vez mais manifestado perante a população da cidade a sua inquietação e o seu protesto pela ameaça que paira sobre um bem colectivo que por direito sempre pertenceu à comunidade.

7 objectivos

No decorrer dos trabalhos após a troca de experiências e a análise conjunta dos problemas e dificuldades e particularmente o balanço dos extraordinários resultados obtidos pela administração democrática dos baldios pelos povos, a Conferência aprovou, para além da proclamação, um documento que sintetiza as principais conclusões a que os compartes chegaram e os objectivos imediatos que se colocam às gentes serranas na luta em defesa dos baldios:

- Repudiar os projectos-lei 144/III, 199/III e 281/III e todos os outros que atentam contra os Baldios e a sua administração directa pelos povos.
- Reafirmar o seu apoio às leis dos Baldios vigentes (39/76 e 40/76) que têm mostrado corresponderem à realidade, aos nossos direitos históricos, e serem do interesse dos povos.
- Chamar à luta os Conselhos Directivos de Baldios, os Compartes e os Povos para impedir que nos retirem o que é nosso — os

Baldios.

● Pedir o apoio solidário de todas as organizações da lavoura, e de todas as pessoas boas de Portugal para a nossa causa.

● Ir aos deputados da Assembleia da República e a todos os órgãos de soberania expor as nossas razões e as Conclusões desta Conferência.

● Fazer uma exposição com fotografia, mostrando as realidades, as obras e os melhoramentos feitos pelos Conselhos Directivos para levar a diversas cidades. Já que não vêm cá ver as nossas obras e não conhecem a realidade, vamos nós mostrá-la.

● Convidar as Juntas de Freguesia, os Serviços Florestais, as entidades oficiais, os compartes dos Baldios onde não existam ainda Conselhos Directivos a iniciarem o respectivo processo, fazendo a sua 1.ª Assembleia de Compartes, cumprindo a Lei dos Baldios (39/76 e 40/76) e o parecer da Procuradoria da República de 21 de Setembro último.

Nos campos da Reforma Agrária

Jornada de esclarecimento mostra a verdade dos factos

«A coexistência e a colaboração entre as modernas UCP's/Cooperativas e as explorações de pequenos e médios agricultores e rendeiros constitui o caminho certo e indiscutível para a agricultura portuguesa sair do atraso e crise em que o fascismo e os actuais governos de direita a mergulharam». A afirmação, produzida e aprovada em Julho último no decorrer da VIII Conferência da Reforma Agrária, está contida num documento intitulado «Carta ao povo português», missiva largamente distribuída durante o passado fim-de-semana em todo o Sul do País.

Inserida numa jornada de esclarecimento promovida com o intuito de, por um lado, levar ao conhecimento das populações a importância e os resultados da Reforma Agrária, e, por outro, os efeitos desastrosos no plano da produção e do emprego resultantes da ac-

ção destruidora do Governo dirigido por Mário Soares, esta movimentação prolongou-se por quatro dias, estendendo-se às ruas, praças, largos e mercados dos distritos do Alentejo e Ribatejo.

Envolvendo muitas centenas de trabalhadores das UCP's-

/Cooperativas organizados em brigadas de esclarecimento, esta iniciativa — no decorrer da qual foram distribuídos mais de dez mil exemplares da referida «Carta» — afirmou-se como um novo e importante contributo para a defesa de uma agricultura desenvolvida, objectivo que passa necessária e inevitavelmente pela defesa e realização da Reforma Agrária.

Com efeito, conforme sublinha o documento profusamente distribuído durante o fim-de-semana a verdade é que «apesar de atacada há oito anos e de não ter o apoio do Estado a Reforma Agrária teve capacidade para caminhar no sentido da intensificação agri-

cola; construir mais de mil e trezentas barragens e charcas; instalar mais de trinta mil hectares de regadios, alargar a área forrageira; promover o desenvolvimento pecuário; dar novo impulso a culturas como o milho híbrido, arroz, e tomate; introduzir novas culturas como o tabaco, a beringela, o espargo, e culturas em estufa; implantar novas infraestruturas; fazer uma política de recuperação de solos (mais de 260 mil hectares que os agrários tinham abandonados foram desbravados e postos a produzir)».

Não se ficam, contudo, por aqui, as potencialidades da Reforma Agrária, características que lhe atribuem um papel perfeitamente insubstituível para a saída da crise.

Como fazem questão de sublinhar os trabalhadores a Reforma Agrária respondeu igualmente de forma positiva ao campo social com a criação de dezenas de milhares de postos de trabalho, com o aumento de salários e a conquista de justas regalias, a instalação de importantes equipamentos sociais (creches, centros de dia, centros de convívio, etc.), com a dinamização das áreas culturais, desportivas de alfabetização, formação profissional e outras.

Por outro lado, desmentindo afirmações dos seus detractores, no plano da colaboração com os agricultores e dos benefícios que introduziu na vida das populações, a Reforma Agrária foi capaz de construir um conjunto de estruturas de apoio como sejam cooperativas de comercialização, oficinas, lagares, talhos, padarias, cooperativas de consumo, lo-

jas, mercados e hortas particulares.

Ora tem sido justamente contra esta realidade erguida pela vontade criadora, esforçada e corajosa dos trabalhadores que têm actuado os governos de direita com o seu cortejo de ilegalidades e violências: ausência absoluta de qualquer tipo de apoio às unidades de produção e às explorações dos agricultores e rendeiros; usurpação de mais de 650 mil hectares de terras às UCP's/Cooperativas e a respectiva entrega com mais de 200 barragens aos antigos agrários.

Os resultados de tal política, esses, claro, não se fizeram esperar: 52 mil postos de trabalho e 195 UCP's/Cooperativas destruídos; mais de 500 herdades e de 150 barragens e charcas completamente abandonadas ou sub-aperceitadas enquanto a miséria e a fome estão a bater à porta de muitos trabalhadores desempregados.

Dai a exigência — uma vez mais reafirmada — de que cessem os ataques às UCP's/Cooperativas sejam criadas condições mínimas de justiça e estabilidade, haja uma nova política. Pela sua parte os trabalhadores e técnicos continuam dispostos e empenhados em produzir, em promover o melhor aproveitamento das terras e águas.

Indissociável deste objectivo, e por isso mesmo prosseguem firmemente a luta em defesa da Reforma Agrária e de uma agricultura moderna e desenvolvida, lutam pela defesa do regime democrático, pela demissão do Governo PS/PSD e pela formação de um governo democrático que garanta as liberdades e reponha o caminho de Abril.

Poder local

Encontro sobre cultura desporto, património

• O que cabe fazer ao Poder Local?

Cultura, desporto, património e juventude no âmbito do Poder Local — estes vão ser os grandes temas em debate no Encontro Nacional de Quadros do PCP já marcado para 24 de Novembro próximo.

É, por um lado, o retomar de uma longa e útil série de iniciativas nacionais e regionais que nós, comunistas, e os nossos aliados na APU, temos podido levar a cabo, aproveitando sobretudo a estabilidade e a continuidade da gestão nas autarquias em que somos maioria: experiências que se particularizam e que se generalizam, a permitir uma definição cada vez mais profunda e mais rigorosa da política, da acção diária que dá conteúdo ao Poder Local democrático que o 25 de Abril fez nascer. E que, passe embora a contra-revolução legislativa, o «manobristismo» e o boicote da direita, nas autarquias APU vive!

Mas este encontro vai ser, por outro lado, o podermos debruçar-nos sobre áreas de trabalho a que as autarquias não são alheias mas que — porque falta a escola, a rua ou a casa — acabam por ser parentes-pobres na nossa actividade e na nossa actividade. É uma velha crítica (e auto-crítica) neste grande colectivo que é nosso Partido, havendo mesmo camaradas que defendem que é aqui, nestes domínios de ordem cultural, que está a chave... Ainda assim, — e nisso

estamos todos de acordo — há deficiências, e graves, e é preciso ultrapassá-las. Por isso, aí está o Encontro.

Textos-base em discussão

A preparação começou, com grupos de trabalho organizados, a produzirem, por escrito, textos que pretendem ser uma contribuição para esta fase preparatória e estão já a chegar a todo o Partido. À semelhança do que se quer seja o próprio Encontro, desde já teremos todos a lucrar com a participação nesta fase do maior número de eleitos, responsáveis políticos, especialistas, trabalhadores das autarquias, activistas do movimento associativo e popular, sejam eles comunistas ou não. O que vai estar em discussão é o trabalho autárquico de animação cultural e desportiva, a defesa viva do património — tudo referido a coisas tão vivas e preciosas como são os jovens, as crianças, os idosos, os homens e as mulheres que vivem em cada lugar, os valores de toda a ordem que fazem, são agredidos ou ameaçados, que ape-

nas sobrevivem, e que no entanto, por nossas mãos, podem viver para todos nós na terra em que vivemos...

Com o objectivo de preparar e dinamizar a intervenção da ORL neste encontro nacional realiza-se já em Outubro — no dia 26 — uma reunião distrital com início às 20 e 30 no CT Vitória.

Segundo a DORL, «a participação de camaradas responsáveis pelo trabalho das autarquias, de vereadores de pelouros e de comissões municipais voltadas para estas áreas, de camaradas que nas Juntas e Assembleias de Freguesia tenham também estes pelouros, é fundamental para os objectivos da reunião». Assim como — acrescentam as camaradas — de militantes ligados ao Sector Intelectual, a Associação de Defesa do Património, colectividade, Comissões de Moradores, e de jovens da JCP.

O que é que se pretende? Chegar ao Encontro — e de certo há outras organizações regionais a trabalhar no mesmo sentido — com o maior número possível de sugestões, de alterações aos textos que vão sendo distribuídos, e intervenções que foquem exemplos e experiências que seja útil conhecer, divulgar e praticar. Em cada — ou numa única autarquia que seja!

Única força política a fazê-lo

APU propõe princípios e critérios para a Praça do Saldanha

O «caso Saldanha» tem desde Junho de 1983 uma comissão de vereadores da CM de Lisboa encarregada de elaborar uma proposta a apresentar à Câmara para que esta, a partir daí, dê resolução ao problema. A APU, em conferência de imprensa na passada terça-feira, tornou pública a proposta que apresentou no dia anterior à referida comissão de vereadores com o título genérico «Princípios e Critérios a Observar em Operações de Intervenção Urbanística na Praça Duque de Saldanha» — a única a entrar até hoje naquela comissão, além da do presidente Abecasis que, como se sabe, procura salvaguardar a todo o transe a possibilidade de construir na zona dois monstros de 18 e 19 andares e negociatas que se podem considerar, no mínimo, bastante escuras.

A proposta da APU — como frisou o vereador Rui Godinho — já não se demora sobre a demolição ilegal do Monumental (só possível com abstenções-chave do PS na OML), dado que, avançada como está a destruição do edifício, se torna agora necessária a sua total remoção devido à ameaça que constitui para os transeuntes. O documento, embora resumindo com rigor os atropelos cometidos (de que a APU foi a única força opositora) com tal demolição avança propostas concretas sobre as medidas a tomar e os limites a impor na intervenção urbanística da zona, de modo a salvaguardar os interesses das populações e da cidade e impedir a concretização de ante-projectos aberrantes e gravemente lesivos dos interesses e da qualidade de vida da zona e dos seus habitantes.

Recordando que «do ponto de vista de funcionamento do seu tecido urbano» a zona do Saldanha situa-se numa área «em que a função residencial ainda é dominante (50%) apesar de se ter vindo a verificar, de alguns anos a esta parte, a instalação de vastas áreas de serviços (44%) e significativas superfícies comerciais (6%)», a APU adverte que, a concretizarem-se as edificações apresentadas em ante-projecto para os dois quarteirões, verificar-se-ia «uma ruptura funcional e uma grande concentração de funções terciárias na praça do Saldanha expressas por: 1 — um acréscimo de mais de 50% no total de área bruta coberta; 2 — enorme aumento (para mais do quádruplo) da parte relativa ao comércio; 3 — um acréscimo de 49% na área de serviços; 4 — a função residencial a deixar de ser domi-

nante, passando a ocupar somente 1/3 da área coberta; 5 — drástica terciarização da zona e a sua maior «desertificação à noite».

Por outro lado estima-se que, hoje, se verifica na zona uma taxa de ocupação média da via pública de cerca de 95% para a circulação e 130% para o estacionamento, do que resulta, no caso da construção dos edifícios conforme consta dos ante-projectos, que seriam necessários parques de estacionamento adicionais com a superfície do Terreiro do Paço e da Praça da Figueira juntos!! Assim a APU propõe, em 12 pontos, critérios que nomeadamente estejam em uma intensa terciarização da zona, impõem a desertificação nocturna mantendo a reforçando a «função residencial dominante, para além de recomendar para a zona as pequenas e médias unidades comerciais e de serviços e não as grandes superfícies, tudo visando o reequilíbrio do ciclo diário da vida na área.

Doze pontos

Resumindo esses 12 pontos, a APU propõe que «qualquer plano, ante-projecto ou projecto de intervenção nesta área tem de integrar-se dentro dos pressupostos estabelecidos pela regulamentação geral existente para a cidade de Lisboa», que só serão admissíveis intervenções que não colidam com a existência e preservação de elementos com significativa valia arquitectónica-cultural e com o que está legalmente estabelecido para as áreas de protecção com imóveis ou conjuntos classificados (de interesse público ou concelhio), que «só serão autorizadas intervenções

que garantam a permanência (ou melhoria) do equilíbrio arquitectónico-ambiental e a imagem da praça do Saldanha, no sentido de que constituía um todo harmónico, que «cada possível intervenção terá que minimizar os «impactes» negativos na estrutura urbana e viária da zona e da cidade e maximizar os benefícios», que «quanto à «volumetria» (das novas construções) deverão ser respeitadas as disposições contidas no Regulamento do Plano Director e, mesmo que haja acertos a fazer, os novos volumes a edificar nunca deverão ultrapassar os volumes existentes, não se ultrapassando assim os oito pisos acima do solo.

Relativamente a «funções» a APU defende a dominante da função residencial, pelo que a distribuição percentual em termos de áreas de construção deverá ser de 50% para funções residenciais, 40% para serviços, 6% para comércio e 4% para espectáculos e actividades culturais. Na circulação e estacionamento «deve prevalecer a aplicação de medidas que privilegiem os transportes públicos em detrimento do transporte individual, dada a oferta dos primeiros e a saturação verificada na zona». Ainda na circulação «não deve haver transformação física da estrutura viária actual, devendo optar-se por acções de disciplina na gestão da via pública tendentes a corrigir a actual situação, apontando-se como objectivo a atingir uma taxa de saturação de um máximo de 75% e quando ao estacionamento, «dado o carácter de zona mista que o Saldanha já hoje possui», deverão aplicar-se critérios específicos (que a APU enumera) de superfície a reservar para as «funções» em presença (habitação, comércio, serviços, hotéis, espectáculos e actividades culturais). Define-se finalmente que «os ante-projectos já apresentados deverão ser reformulados em função destes critérios» — reformulação que deverá assentar também as suas bases num «Estudo Prévio de Ordenamento Urbanístico da Praça do Saldanha» a executar no prazo de 90 dias pelos Serviços de Urbanização, na base dos critérios atrás estabelecidos.

Preços de intervenção não servem a agricultura

«Verdadeiros preços de ruína para a agricultura» que agravaram consideravelmente a difícil situação que vive o sector, assim classificam os Secretariados das UCP's/Cooperativas da Reforma Agrária os valores fixados pelo Governo para os cereais praganos de sequeiro da campanha de 84/85.

Esta posição, tomada pública em comunicado recentemente emitido, resulta de os referidos preços serem considerados os mais lesivos de sempre, ficando muito aquém dos actuais e «previsíveis aumentos nos custos de produção».

A decisão governamental de estabelecer os referidos preços à revelia de qualquer consulta às organizações representativas da lavoura é também entendida, por outro lado, como uma manifestação de absoluto desprezo e desrespeito do Executivo pela agricultura, cujas consequências não deixarão de se fazer sentir numa acentuada quebra da área a semear e na diminuição da produção nacional de cereais. Daí, a exigência formulada de que seja revista essa medida e que sejam fixados os seguintes preços por quilo à produção: trigo, 52\$50; cevada, 50\$00; e aveia, 42\$50.

Aquelas estruturas da Reforma Agrária reafirmaram ainda acusações anteriormente feitas de que a «política de negociações de Mário Soares e Mota Pinto para entrarem na CEE só serve aos grandes interesses monopolistas europeus, à grande indústria e aos grandes agrários e especuladores». Conforme sublinham os trabalhadores, tal política em vez de estimular a produção provoca a quebra dos rendimentos unitários, arruina os pequenos agricultores e as UCP's/Cooperativas Agrícolas, torna o País mais dependente do estrangeiro.

Filme soviético

O Estúdio Apolo 70 vai ser palco, de 19 a 25 deste mês, de uma mostra do cinema soviético. A iniciativa, da responsabilidade da Associação Portuguesa-URSS, conta com a colaboração da Sovexportfilm.

A partir da próxima sexta-feira, temos pois a hipótese de tomarmos contacto com o cinema soviético contemporâneo. «Siberiada», de Andrei Mikhailov-Kontchalovski; «Valenti-

na», de Gleb Panfilov; e «A Parente», de Nikita Mikhailov, serão, entre outros, os filmes que estarão em exibição no Estúdio Apolo 70 a partir da próxima sexta-feira, dia 19.

Diz a Inter citando números oficiais É alarmante o aumento do desemprego

• **Só à sua conta o Governo Soares/Pinto eliminou cerca de 275 mil postos de trabalho**

A CGTP-IN, que prosseguiu nos últimos dias com as iniciativas programadas para as comemorações do seu 14.º aniversário, considerou «alarmante» o aumento do desemprego em Portugal. Nos últimos nove meses, afirma a Central, «o Governo Soares/Mota Pinto eliminou cerca de 275 mil postos de trabalho». O departamento de informação da Inter, que se refere a dados oficiais do Banco de Portugal, do Instituto Nacional de Estatística e dos serviços competentes do Ministério do Trabalho, salientava em nota de 3 do corrente com larga divulgação na imprensa, que o número de desempregados (ultrapassam os 700 mil no total) «aumenta à média de mil por dia».

No relatório do Banco de Portugal referente ao ano passado, entre o fim do segundo e o terceiro trimestres, o volume de emprego no nosso País baixou de 4 165 900 para 4 024 700, registando, como se vê, uma quebra de 141 200 postos de trabalho.

«Significa isto, sublinha a Inter, que apenas em três meses de Governo PS/PSD, o emprego diminuiu» certamente ainda em volume mais elevado do que o referido nos dados do Banco de Portugal. É legítimo na verdade levantar essa dúvida, pois os números oficiais não costumam pecar por excesso nesta e em outras matérias que dizem respeito à recolha, tratamento e divulgação de dados estatísticos, designadamente sobre o trabalho e a economia.

A CGTP-IN, cujo Conselho Nacional acaba de lançar uma campanha de luta «por um programa de emergência» que «combata o desemprego e promova a criação de novos postos de trabalho, visando especialmente a juventude e as mulheres», depois de chamar a

atenção para os números oficiais do Banco de Portugal refere os serviços de estatística do Ministério do Trabalho, que registam a seguinte evolução do índice do emprego:

«3.º trimestre de 1983 — 99,4; 4.º trimestre de 1983 — 98,1; 1.º trimestre de 1984 — 97. Correspondendo, como lembra a Inter, «cada ponto a 40 mil postos de trabalho», em seis meses desapareceram cerca de 100 mil empregos.

«Ao especificar melhor esses dados, a Inter acrescenta que no terceiro trimestre de 1983 foram destruídos 141 200 postos de trabalho; nos três meses seguintes 52 000 e no primeiro trimestre do ano em curso 44 000. Somando, o total atinge 273 200.

Segundo a CGTP-IN: «se nos primeiros nove meses do Governo PS/PSD foram destruídos 273 200 empregos e se, segundo o INE (Instituto Nacional de Estatística) no final de 1983 — isto é, antes do actual Governo, — havia 448 mil desempregados, «conclui-se que o seu número evoluiu, até Março deste ano, para

(448 000 + 273 200) 685 200».

A Central do movimento sindical unitário que considera «impressionante» este «ritmo de destruição», aumentando a taxa de desemprego para uma percentagem inconcebível, sublinha, por outro lado, que nestes 685 200 não estão, no entanto, incluídos «o número dos que todos os anos são lançados pela primeira vez no mercado do trabalho: 50 mil por ano». Sendo proporcionalmente em 9 meses de 37 500 o total destes últimos, «teremos oficialmente — sublinha a Inter — 722 700 desempregados».

Em suma, conclui a nota da DIF/CGTP-IN, «em nove meses, o Governo Soares/Pinto eliminou cerca de 275 mil postos de trabalho», o que significa que uma média superior a

mil portugueses perde diariamente o seu emprego, ou não consegue obtê-lo.

«É a análise dos próprios números oficiais, incontestados pelo Governo, que aponta para tal volume de desemprego», frisa ainda a CGTP-IN.

A quantificação das reivindicações apresentadas pelo Conselho Nacional da CGTP era entretanto rectificada no que respeita às prestações da Segurança Social por nascimento, casamento e funeral. Segundo nota da DIF, a Central reivindicava 17 800 escudos (e não 9500 escudos) para o subsídio de nascimento; 9800 escudos (e não 8000 escudos) para subsídio de casamento; 35 000 escudos (e não 11 000 escudos) para subsídio de funeral.

Sindicatos em Plenário

Aberto a todos os sindicatos, como habitualmente acontece nas iniciativas do movimento sindical unitário, a CGTP convocou para o próximo sábado um Plenário Nacional. Decidido na reunião do órgão máximo entre congressos (CN de 28 e 29 de Setembro) o Plenário decorrerá nas instalações da «Incrível Almadaense», na Rua Capitão Leitão, 3, 1.º, em Almada. O DIF da Inter destaca en-

tre os vários temas da ordem de trabalhos a análise da situação social e política e tarefas decorrentes no que respeita a «defesa das liberdades sindicais e democráticas, luta por melhores condições de vida, direito ao trabalho e segurança no emprego, defesa das nacionalizações e da Reforma Agrária, melhoria da capacidade de intervenção e acção sindical».

Reprimir e não pagar Nem salários nem soluções

• **600 mil contos de dívidas salariais só em Aveiro**

Na luta pelos salários em atraso destacaram-se nos últimos dias as iniciativas sindicais das organizações representativas dos trabalhadores (ORT's) no Rossio, em Lisboa, e dos sindicalistas de Aveiro que se deslocaram a São Bento para «expor ao primeiro-ministro a grave situação que já se vive naquele distrito». Recebidos pela PSP, os representantes dos trabalhadores de dezenas de empresas daquela região afirmam que os verdadeiros problemas nacionais «continuam a não merecer deste Governo qualquer vontade de diálogo e muito menos de resolução».

Movimentações, diligências junto de entidades oficiais e outras formas de luta decorriam entretanto no âmbito geral da Função Pública, estivadores (greve anunciada para hoje a nível nacional) e em dezenas de empresas afectadas por todo o País. Além da Lisnave e da Siderurgia (ver esta página), os trabalhadores protestam por várias vias contra os despedimentos, os atrasos nos salários, a repressão exercida sobre actividades sindicais, as tentativas de desmembramento de grandes empresas nacionalizadas em proveito exclusivo dos superlucros do capital financeiro.

As dificuldades crescem entretanto para os trabalhadores da Casa Pla, Norper, Sintex, Somatex (em greve por tempo indeterminado a iniciar hoje), Tofa, Progresso Mecânico, Fassio, Cirel, Bis, Triunfo, Lusalite, JS Caldeira.

O aumento geral do desemprego, afectando sobremaneira as mulheres, discriminadas nos salários, era entretanto objecto de uma tomada de posição do respectivo organismo que fun-

cionou junto do Conselho Nacional da CGTP-IN.

Grave situação das trabalhadoras

A disposição contratual que manda atribuir a **trabalho igual salário igual** não é cumprida pelo patronato, afirma a comissão específica das mulheres junto do Conselho Nacional da Inter. Reunida no último fim-de-semana, a comissão afirma que, «em média, as mulheres portuguesas ganham como remuneração-base menos 22,6 por cento do que os homens».

Essa percentagem tende a agravar-se, acrescenta a comissão que diz existirem «mais de 400 mil mulheres sem trabalho». E são elas, sublinha a comissão, «quem mais sente o peso brutal do aumento galopante do custo de vida».

Num comunicado difundido pela CGTP na passada segunda-feira, é denunciada «a grave situação das mulheres trabalhadoras no plano laboral, familiar e social»; o Governo é res-

ponsabilizado por essa situação; e é feito um apelo às trabalhadoras para que «litem nas empresas, sectores e regiões, em torno da CGTP-IN, pela defesa dos seus direitos e interesses, pela melhoria das condições de vida», o que, segundo a comissão, «passa pela demissão deste Governo e por uma alternativa com nova política e novo governo».

Paralisação anunciada na Bis

Para conseguirem a negociação de um caderno reivindicativo apresentado à administração da empresa com «um conjunto de propostas sobre promoções, horários de refeição, subsídio de alimentação e tabelas salariais», os trabalhadores da **Bis-Sociedade Industrial de Borrachas** são obrigados a recorrer à paralisação que anunciarão para os dias 9 a 12 do corrente.

Os trabalhadores da BIS, com sede na Amadora, afirmam que as suas propostas «são aceitáveis e podem negociar-se, tanto mais que a empresa viola constantemente o contrato de trabalho, quando o deve respeitar, pratica a discriminação entre trabalhadores e as condições de trabalho são péssimas».

Num comunicado distribuído pela Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores da Indústria Química e Farmacéutica em 8 do corrente os trabalhadores da BIS realçam que «a unidade de todos os trabalhadores é a primeira condição para se conseguir melhorar as condições de vida e de trabalho».

Empresas de Carnaxide

Reunidos recentemente com a presença da camarada Rosa Rabalho do CC do PCP, trabalhadores comunistas de Carnaxide, concluíram nomeadamente que as empresas dessa freguesia de Lisboa estão a laborar a menos de 50 por cento da sua capacidade de produção. Responsabilizando o actual Governo por esse estado de coisas, os trabalhadores comunistas afirmaram que se ele continuar as empresas vão à falência.

Os trabalhadores denunciam situações de repressão e discriminação, de atraso no pagamento de salários e outras remunerações, designadamente em empresas como a Tofa, Progresso Mecânico, Fassio, Cirel, Triunfo, Lusalite e J. S. Caldeira.

Nas conclusões da reunião manifesta-se vontade de luta «dentro e fora das empresas» no sentido de afastar este Governo e repor as condições de legalidade democrática conquistada no Portugal de Abril.

4400 sem salários na região de Aveiro

Segundo a União dos Sindicatos de Aveiro, há na região «pelo menos 4400 trabalhadores com salários em atraso». Entre as empresas nessas condições é destacada a Nova Vouga onde os salários não são pagos há mais de dois anos.

O patronato da região, falsamente considerada «um oásis no deserto da crise», deve mais de 600 mil contos em meia centena de empresas, revela ainda a USA.

De acordo com os elementos divulgados pela União sindical do distrito, metade dos sem-salários «são metalúrgicos (15 empresas: 61 mil contos) e os restantes são têxteis (19 empresas: 19 mil contos), cerâmica, construção e madeiras (4 empresas: 20 mil contos), calçado (6 empresas: 1300 contos), rodoviários, electricistas, panificação, do sector químico, gráfico e dos hidratos de carbono».

Segundo números oficiais, o desemprego já atinge no distrito 20 mil trabalhadores e há 90 por cento de contratados a prazo em numerosas empresas. Nada disto interessa ao Governo que, em vez do diálogo com os sindicalistas, mandou novamente a PSP mantê-los afastados mesmo do intocável passeio em frente à residência oficial do primeiro-ministro que precisa de espaço para viajar.

Lisnave

Seis navios em reparação

• **Prevista a entrada de mais nove**

Já em meados de Agosto, cerca de um mês antes da declaração dos estaleiros em «situação económica difícil», o secretariado da comissão intersindical (delegados sindicais) e o conselho geral de trabalhadores, que constituem as organizações representativas (ORT's) dentro da Lisnave, afirmavam publicamente que a administração da empresa continuava a fazer «depender do Governo a resposta aos compromissos com os trabalhadores».

Vê-se agora qual foi essa resposta: Governo e Melos completamente identificados na recusa de qualquer solução que salve os postos de trabalho ameaçados (entre 1700 e 2000) e salários de Setembro por pagar no princípio desta semana a juntarem-se aos atrasados de Agosto. Por conta deste último mês só tinham sido pagos até sábado 18 contos. A Margueira novamente paralisada na quarta e quinta-feira da semana passada, reclamando os salários e recusando as horas extras, marca-se novo plenário para segunda-feira, dia 8. A resposta Governo/Melos continuava a ser no princípio da semana a «situação económica difícil». Difícil realmente para os trabalhadores, mas não para aquilo que já se designa há muito por «grupo Lisnave».

Entretanto, as ORTs anunciavam, através de um porta-voz, que «está a ser cometido um crime contra o melhor estaleiro de reparação naval do mundo». E não tão atingido como isso na sua capacidade de produzir, pois não era difícil apurar que, apesar da «situação» determinada pelo Conselho de Ministros, ainda na sexta-feira havia seis navios a reparar na Lisnave e a entrada assegurada de mais nove.

Entendem justificadamente os trabalhadores, os seus representantes eleitos e os sindicatos que a empresa é viável com todos os postos de trabalho actuals. Entendem também que as dificuldades da construção e reparação naval no mundo capitalista não chegam nem de longe para justificar as medidas ordenadas pelo Governo e que implicam cortes drásticos não apenas no volume do emprego, mas também em direitos, liberdades e garantias a nível individual e da organização laboral nos estaleiros.

«Não obstante tratar-se de uma empresa de extrema importância nacional» — faziam notar novamente em 16 de Agosto findo as ORTs da Lisnave — esta unidade industrial

nuía assim há menos de dois meses:

	VBP/Trab. or	Desp. c/ Pess./VBP em %
1983	889	83,7
1984 (Prev.)	1724	61,9

A previsão para 1984 estava já superada em Agosto. Afirmavam as ORTs em 16 desse mês que, «segundo dados fornecidos até à semana 31, a produção vendida atingia as 2907 mil horas, estando previstas para esse período 2630 mil. Atingia-se assim mais 1 milhão de horas do que o total produzido no mesmo período do ano findo.

A capacidade produtiva da Lisnave não pode ser posta em dúvida. Chega e sobra para ocupar todos os efectivos actuais, que pouco excedem os 6 mil, e recorrer ainda ao serviço extraordinário e aos subem-

preiteiros que, como já aqui foi referido na semana passada, fizeram 227 mil horas no primeiro semestre do ano em curso.

As alterações agora introduzidas pela «situação económica difícil» não se destinam a modificar o conceito de gestão posto em prática sob a orientação dos Melos. Os perto de dois mil trabalhadores, que a empresa, de um modo ou de outro, dispunha desde 1978, serviram para desafogar a situação da empresa? Pelo contrário. Os despedimentos, as reformas antecipadas (recorde-se, a propósito que o ministro Álvaro Barreto foi reformado dessa forma, aos 47 anos, com 80 contos mensais) se deixaram alguma coisa mais desafogada foi a gestão Melo que, pelos vistos, tem gerido tudo menos a Lisnave.

Da mesma forma aliás procede este Governo, cujos interesses se alieiam por completo do interesse nacional.

ORTs da Quimigal V Encontro

As Organizações Representativas dos Trabalhadores da Quimigal, retomando uma iniciativa dos anos anteriores, promovem o seu 5.º Encontro para o qual anunciarão plenários de empresa entre 1 e 4 do corrente no Barreiro, Lavradio, Alverca, Fábrica União, Sacavém, Fábrica Sol, Ansião e Estarreja.

«Defender o Projecto Quimigal! Construir o Futuro!» foi a palavra de ordem escolhida para o Encontro deste ano, que é organizado por uma Comissão de membros do secretariado da CTQ (comissão de trabalhadores) e do executivo da CIQ (comissão intersindical).

Os plenários nos locais de trabalho e as outras iniciativas no âmbito da preparação do V Encontro das ORTs da Quimigal e das Empresas da sua Órbita destinam-se a obter

elementos e propostas de ordem económica, financeira e social sobre os temas serão estabelecidos os temas a debater durante os trabalhos do Encontro.

A Quimigal, que é uma das principais empresas públicas do País, resultou das nacionalizações do grupo CUF, do Amoniaco Português e dos Nitratos de Portugal e detém a maioria ou uma significativa participação em várias empresas da sua órbita.

Objectivos do Encontro

As ORTs da Quimigal, ao analisarem a situação da empresa, referem uma série de factores relacionados directa ou indirectamente com a política dos governos de direita que têm conduzido à **descapitalização** da

Quimigal e das empresas próximas.

«Um crescimento Incomportável dos encargos financeiros (juros, nomeadamente), que passaram de 1,1 milhões de contos em 1978 para 7,5 milhões em 1982» continua a ser uma das grandes preocupações dos trabalhadores e dos seus representantes que procuram inverter a marcha da empresa para a instabilidade completa e o desmembramento — perspectiva contra a qual o V Encontro se propõe lutar, mobilizando e unindo cada vez mais para a defesa dos direitos e interesses já afectados pela «paragem prolongada de diversas instalações», pelas «frequentes alterações no regime de funcionamento», pela «diminuição de efectivos» e pelo atraso no pagamento dos salários, afirmam as ORTs da Quimigal.

Debate-se hoje o Ensino Superior

As «Políticas de Ensino Superior no pós-25 de Abril» serão debatidas hoje pelas 21 horas em Lisboa, no Auditório do Complexo Interdisciplinar do Instituto Superior Técnico. O colóquio promovido pelo Sindicato dos Professores da Grande Lisboa contará com a presença de «alguns dos

principais responsáveis políticos por este sector desde Abril de 1974». O SPGL anuncia que foram confirmadas as participações dos professores Avelãs Nunes, António Brotas, Marçal Grilo, Romão Dias, Britaldo Rodrigues e Pinto Machado. Este último é o actual secretário de Estado do En-

sinho Superior. «Inédita por reunir um tão vasto leque de responsáveis» por esse grau do Ensino, a iniciativa insere-se, segundo o SPGL, «no âmbito dos trabalhos preparatórios da Conferência Nacional do Ensino Superior, que se realiza na Universidade de Coimbra».



Os metalúrgicos entre os trabalhadores mais afectados pela política de destruição das grandes unidades fabris, designadamente na Siderurgia e na reparação naval

Siderurgia Nacional De novo a greve contra despedimentos

Com 25 anos de casa e perto da reforma, sofrendo de uma doença profissional, é a situação em que se encontra um dos 3 operários da Siderurgia Nacional mandado despedir pela gerência. Um outro dos quatro que foram objecto de processos disciplinares no seguimento da «luta vitoriosa de milhares de trabalhadores contra a discriminação salarial» em Abril/Maio deste ano, é o único amparo da família. Tem a seu cargo a mãe e uma irmã deficiente. Os três despedidos e um suspenso por 12 dias são

apoiados pela luta dos restantes trabalhadores que, depois da paralisação de quinta-feira passada, decidiram em plenário voltar à mesma forma de luta por 24 horas, anteontem, contra os despedimentos revanchistas, virados segundo as organizações representativas (ORT's) contra atitudes legais e adoptadas legitimamente pelos trabalhadores alvo de sanções tão graves como são os despedimentos. As ORTs da Siderurgia Nacional, depois de uma reunião sem efeito prático com um membro do conselho de

gerência, mantém a sua disposição de não permitir os despedimentos e afirmam que «quem está a mais na SN é o CG e todos aqueles que fazem do claramente o seu jogo e o do Governo PS/PSD contribuir para esta situação».

Recorde-se que na base do conflito que a gerência «escolheu» para os processos disciplinares estava um acordo salarial. A direcção da empresa pretendia aplicá-lo apenas aos divisionistas que o assinaram e não à maioria dos trabalhadores que lutaram por ele.

Internacional

Estados Unidos

Histeria em vésperas de

Enquanto nos Estados Unidos aumenta de intensidade a histeria eleitoral que caracteriza a campanha da dupla Reagan/Bush, cada vez mais assente na defesa do slogan «Deus, Pátria e Autoridade», na América Central a Nicarágua sandinista desdobra-se entre a defesa da revolução e a preparação das primeiras eleições livres, ao mesmo tempo que os países que formam o Grupo Contadora levam a cabo uma intensa actividade diplomática junto da Europa e dos países da região para conseguir, antes de Novembro, o máximo de apoios para o plano de paz e cooperação tendente a impedir a generalização dum conflito armado no território centro-americano.

As expectativas criadas no início deste Outono que prometem ser quente na cena política internacional, com os múltiplos debates sobre a situação na América Central e a procura de soluções pacíficas — a iniciativa da Contadora, o encontro da Costa Rica, a reunião da Internacional Socialista no Brasil, os debates na ONU — atingem hoje, a escassos quatro dias do prazo estipulado para a assinatura do plano de paz (15 de Outubro) o seu ponto alto. É de crer, quando parecem ter falhado as tentativas norte-americanas para forçar os sandinistas a adiar as suas eleições, marcadas para 4 de Novembro (dois dias antes das americanas), que os regimes fantoches da América Central arrajarão desculpas para não firmar o referido plano. O que dará aos norte-americanos, na presumível vitória de Reagan, espaço de manobra para pôr em causa a legitimidade do

plebiscito nicaraguense e inventar um pretexto para a intervenção armada.

Basta prestar um pouco de atenção ao tom em que corre a campanha eleitoral nos Estados Unidos e às razões aduzidas pelos especialistas para explicar a vantagem de Reagan sobre Mondale para se ficar no mínimo preocupado.

Dizem os peritos norte-americanos que Reagan parece ter a reeleição assegurada por ter sabido, como actor habituado a lidar com o público, incarnar os velhos mitos nacionais, tão abalados desde os sucessivos desastres sofridos nos anos 70: ele é o «homem de acção», o «vencedor», o John Wayne da política que ressuscitou o chauvinismo americano. **Somos os melhores, os mais fortes, os mais capazes, os instrumentos de Deus para a reconstrução da América e do mundo...** clamam Reagan e os seus acólitos, apoiados

pela impressionante máquina dos meios de comunicação social.

A histeria colectiva instala-se, com a miragem do grande sonho americano. Nem os opositores lhe escapam. É sintomático que Geraldine Ferraro, parceira de Mondale nesta corrida à Casa Branca, se tenha apresentado ao eleitorado para proclamar que a América é uma terra em que os sonhos podem tornar-se realidade para cada um de nós... Não existe porta que não possamos abrir. Não haverá limite para as nossas realizações.

A correspondência entre os inflamados discursos e a realidade não é sequer considerada. Como fazia notar recentemente o «New York Times», na campanha de Reagan os problemas são manifestamente secundários!

Ninguém fala no brutal défice orçamental, estimado em cerca de 174 mil milhões de dólares, nem nas promessas de há quatro anos, quando Reagan dizia que o seu mandato terminaria em 1984 com um excedente de 28 mil milhões...

Não se diz nada dos mais de trinta milhões de pobres que nos EUA (sobrevivem nas mais degradadas condições.

Nem nos fracassos no Médio Oriente; ou da incapacidade de deter o movimento revolucionário na América Latina; da crise económica internacio-

nal que está a provocar sérias fracções entre os tradicionais aliados do imperialismo norte-americano; da corrida aos armamentos e da crescente consciencialização da opinião pública internacional contra os perigos dum holocausto nuclear.

Nada se diz do que Reagan se propôs e felizmente não conseguiu devido à luta das forças progressistas de todo o mundo, nem sequer das consequências desastrosas de aventuras bélicas como as de Granada.

Mas estimula-se o sonho de que a supremacia americana é imbatível e conduz-se o eleitorado de hoje a comportar-se como os pioneiros da independência no genocídio dos índios americanos. A revista «Time» citava a propósito uma afirmação do historiador Garry Wills, por demais elucidativa: **Através dele (Reagan), é o nosso passado que nos fala, e nós desejamos recordá-lo com ele.**

Uma bomba relógio

Os graves riscos que um tal clima comporta são por demais evidentes. Todos os dias, por inconsciências ou por fugas premeditadas de informação, chegam notícias dos planos belicistas que se cozinham em Washington.



No início desta semana o «New York Times» publicava uma entrevista com o ministro dos Negócios Estrangeiros cubano, José Linaires, em que este afirmava que **Cuba nunca se sentiu tão ameaçada pelos Estados Unidos como agora**, e que existem razões para temer um ataque norte-americano após as eleições de 6 de Novembro.

Não se trata de alarmismo. A preparação da população cubana para uma eventual invasão da ilha, os treinos intensivos de defesa, a construção de abrigos e trincheiras junto de hospitais, fábricas e escolas, testemunham a crescente preocupação das autoridades cubanas que não têm por hábito escamotear os problemas.

Os perigos da política belicista de Reagan são tantos que o vice-ministro dos Negócios Estrangeiros de Havana, Ricardo Quesada, foi peremptório ao declarar ao «New York Times»: **se não houver uma mudança radical da situação, haverá uma invasão, haverá uma guerra.**

Esta opinião é partilhada pela Nicarágua e pela generalidade dos países centro-americanos. Os factos falam por si: nos últimos meses, seis mil mercenários infiltraram-se na Nicarágua, enquanto outros dois mil estão estacionados nas Honduras, e pelo menos mil na Costa Rica, esperando o sinal da CIA para desencadear a maior vaga de ataques na história da agressão imperialista contra a revolução sandinista.

De acordo com as autoridades de Manágua, a infiltração dos seis mil mercenários visa preparar as condições para uma intervenção directa norte-americana. Simultaneamente, prosseguem nas Honduras os treinos de ex-guardas somozistas (de referir que uma unidade da denominada FDN se baptizou com o nome de Jeanne Kirkpatrick, a embaixadora dos EUA na ONU que se tem destacado pelo seu anticomunismo cavernícola), enquanto a nível interno sobe de tom a campanha anti-sandinista, no claro propósito de desacreditar a

eleições

consulta eleitoral de 4 de Novembro.

Orquestrados por Washington, as forças reacçãoárias nicaraguenses clamam contra a falta de liberdades, utilizando para tanto a liberdade de expressão e reunião de que dispõem. O seu principal órgão «La Prensa», apóia abertamente a intervenção norte-americana, ao mesmo tempo que se lamenta da censura a que está submetido...

Os problemas nacionais, reais, são empolados e atribuídos aos sandinistas, designadamente no que se refere aos abastecimentos, embora seja do conhecimento nacional e internacional o bloqueio imposto por Washington à Nicarágua, os actos de sabotagem económica levados a cabo por orientação da CIA...

A Igreja, ou melhor dizendo, o alto clero, escolhe precisamente os últimos dias antes das eleições para pressionar os padres sandinistas que desempenham funções governamentais, exigindo que se demitam das suas funções sob pena de ficarem sem poderes pastorais. E isto não obstante a cedência feita pelos sandinistas ao pedir a absolvição do padre Luís Amado Penha, que está a ser julgado por conspiração, em mais uma tentativa para facilitar o entendimento com a Igreja.

Tudo converge para o mesmo objectivo na contagem de-

crecente que já começou até às eleições, qual bomba relógio que os EUA se preparam para fazer explodir, faltando apenas chegar a acordo quanto à hora.

Isso mesmo foi reconhecido pelo Tribunal dos Povos que na passada segunda-feira condenou simbolicamente em Bruxelas a política norte-americana na Nicarágua.

O Tribunal de opinião, formado por 22 personalidades da Europa e continente americano, reconheceu o boicote norte-americano à Nicarágua no comércio externo e em organismos internacionais como o FMI, o Banco Mundial e o GATT; apurou que Washington fornece uma ajuda anual de cem milhões de dólares aos somozistas, para além da intervenção da CIA; e alertou para os perigos duma invasão directa por parte dos EUA.

É importante reter as palavras do jurista belga François Rigaux, que presidiu ao fórum internacional: **é claro que os planos para uma intervenção norte-americana na Nicarágua estão preparados, mas não há unanimidade na administração Reagan sobre se serão executados antes ou depois das eleições norte-americanas.**

Esperar para ver não será certamente a melhor forma de contribuir para a defesa da paz mundial...

África do Sul

Demagogia encobre mal repressão e agressividade

O ministro dos Negócios Estrangeiros de Angola, camarada Paulo Jorge, denunciou, quando da sua recente intervenção na Assembleia Geral das Nações Unidas, o não cumprimento por parte da África do Sul do acordo estabelecido em Fevereiro, em Lusaka, e que estipulava a retirada das tropas sul-africanas de território angolano. Na verdade, quase 8 meses volvidos, a retirada dos invasores, que deveria efectuar-se num prazo de 30 dias, continua por concretizar. As razões invocadas repetem-se: o velho pretexto das tropas cubanas em Angola, e que aí permanecem como resposta à invasão sul-africana, ou reforço do poderio militar de Angola (desde 1978). Tudo serve para justificar o injustificável: a invasão militar de um país, o apoio diversificado a bandos terroristas que se dedicam à destruição de objectivos económicos e ao puro terrorismo contra as populações.

Em Moçambique, e apesar de sucessivas conversações e compromissos, os bandos contra-revolucionários da Renamo prosseguem com a sua criminosa prática terrorista (neste caso bem ao gosto da administração Reagan). Raptos e massacres continuam sendo os cooperantes um dos alvos preferenciais, num país profundamente carente de quadros técnicos (basta referir, nestes últimos dias, a decapitação de quadros técnicos italianos). Aliás, muito recentemente, a Conferência dos bispos católicos da África do Sul (RAS) denuncia a intensificação da criminosa actividade dos bandos da Renamo. Prosseguem entretanto as reuniões da comissão de implementação da «declaração de Pretória», mas da parte de Moçambique acentua-se que a actividade diplomática só pode contribuir para consolidar e acelerar resultados

militares contra os bandos. É particularmente complexa a situação que se vive neste momento na África Austral. Não confundindo situação sócio-económica e políticas diversificadas e mesmo posições diferentes dos países que têm que quotidianamente defrontar-se com a estratégia agressiva da África do Sul — o fundo da realidade está no confronto entre a África do Sul, enquanto Estado imperialista e o mais poderoso país da zona, em termos económicos e militares (basta referir que o seu rendimento nacional representa cerca de 80% do de todos os Estados da zona no seu conjunto), e países que legitimamente pretendem seguir vias de desenvolvimento independente, mesmo com uma opção socialista.

Na raiz do confronto, na raiz da situação, a própria existência do Estado de «apartheid»,

assente na opressão de 80% da população, o prosseguimento do domínio colonial da Namíbia, ao arripio das múltiplas decisões já tomadas no plano internacional, e da luta e da vontade do seu povo.

Cassinga e Soweto — uma mesma política

Um mês depois de ter aprovado os princípios de um plano visando a solução da situação da Namíbia, a África do Sul desencadeia o que foi então a mais vasta agressão militar a Angola, desde a guerra imposta ao povo angolano na sequência da declaração da independência.

Foi em Maio de 1978: o massacre de Cassinga.

Agora, enquanto se tenta apresentar como promotora da Paz na África Austral, a RAS realiza as mais importantes manobras militares desde a 2.ª Guerra Mundial, com a participação de 11 mil soldados: testar e provar a capacidade do exército sul-africano de «desencadear operações-relâmpago no contexto da África Austral. É difícil ser mais claro.

No plano interno, a política é inteiramente coerente com a desenvolvida a nível externo. Fala-se de «liberalização», organiza-se uma paródia de Assembleia», sem qualquer autoridade, e dos quais continua a ser excluída a esmagadora

maioria da população. E desenvolve-se uma escalada na repressão.

Soweto ficou como um marco na vida da África do Sul. Um marco de violência repressiva. Um marco na luta do povo sul-africano. Hoje, Soweto multiplica-se. Luta-se contra a fantochada da liberalização por reivindicações económicas, contra as condições e discriminação no ensino, contra as condições de habitação, de miséria, impostas à população negra. Luta-se pacificamente e luta-se com armas.

Da parte do regime «liberalizado» é a repressão. Os mortos já vão em quase oito dezenas. Agora, o ministro da lei e da ordem anunciou a participação directa das tropas — que massacram as populações da Namíbia e do Sul de Angola — na repressão interna, o que, na apreciação feita pela Frente Democrática Unida (força unitária contra o «apartheid») «equivale a uma declaração de guerra ao povo da África do Sul».

Sob a direcção dos EUA

Chester Crocker, secretário norte-americano para os assuntos africanos, afirmou que na África Austral «os interesses dos Estados Unidos e do Ocidente só podem ser defendidos sob a direcção firme e séria dos Estados Unidos».



Manifestações nos funerais de algumas das vítimas da brutal repressão desencadeada pelo regime de Pretória

Raramente as coisas são ditas com tanta clareza, mas os factos provam, que, para além da solidariedade de classe e das contradições de interesses entre Estados capitalistas, o papel dos Estados Unidos é determinante na evolução dos factos na zona, na política desenvolvida por Pretória. É o próprio «Le Monde Diplomatique» que afirma, referindo-se à

política global da África do Sul e em particular aos esforços para romper o isolamento internacional (em que o governo português activamente participa): «Nada disto seria possível sem o constante apoio dos Estados Unidos.» E o comité das Nações Unidas para a descolonização acaba de acusar uma vez mais os Estados Unidos e outros países capitalistas de

cumplicidade directa com a política agressiva da África do Sul e de pilhagem dos recursos naturais da Namíbia.

Aliás são estes mesmos países e os seus dirigentes que deixam claros; desta ou daquela forma, os seus apoios ao regime de «apartheid». Apoios económicos, políticos, militares (mesmo no plano do armamento nuclear). Por exemplo, quan-

do, na Assembleia Geral da ONU, votam contra um projecto visando pôr em causa a «Potencial nuclear da África do Sul» — como foi o caso dos Estados Unidos, França, Israel e Grã-Bretanha.

Por isso a importância, a complexidade, a extrema dificuldade, da batalha que se trava na África Austral.

Comunistas regressam ao Uruguai

O camarada Rodney Arismendi, primeiro secretário do Partido Comunista do Uruguai, que vive no exílio desde o golpe militar do general Gregorio Alvarez, anunciou que vai regressar ao país no próximo dia 3 de Novembro.

Arismendi, que foi expulso do Uruguai após ter estado preso nas cadeias fascistas, tem vivido nos últimos anos em Moscovo. Centenas de exilados como ele, entre os quais o dirigente comunista e ex-deputado Enrique Rodriguez, estão a regressar gradualmente ao país, no âmbito do processo de democratização que se desenvolve no Uruguai, onde a incapacidade governamental dos militares foi forçada a ceder à força da luta de massas. Apesar das manobras que os sectores mais reacçãoários das forças armadas vêm preparando, na tentativa de prolongar a sua permanência no poder, as forças democráticas esperam poder concretizar o retorno ao poder civil logo após as eleições gerais marcadas para o próximo dia



Repressão em Santiago do Chile

25 de Novembro. Nesse sentido trabalha a Frente Ampla, de que faz parte o Partido Comunista do Uruguai.

Manifestação nas Filipinas

Milhares de manifestantes saíram à rua no passado domingo, em Manila, capital das Filipinas, para protestar contra a forma selvática e brutal com que actuam as forças policiais a mando do ditador Ferdinand Marcos.

Recorda-se que no final de Setembro as forças repressivas provocaram um morto e dezenas de feridos ao dispersar uma manifestação nos arredores da capital.

As manifestações de repúdio contra a ditadura de Marcos têm vindo gradualmente a ganhar o apoio dos mais variados sectores da população, como se registou no domingo, em que diversas organizações empresariais aderiram publicamente à iniciativa.

Aumenta a tensão no Chile

O bispo chileno Tomas Gonzalez acusou no passado sábado o governo de Pinochet de ser responsável pelo atentado à bomba a uma igreja católica no sul do país e que provocou um morto e elevados prejuízos materiais. Após o atentado foram encontrados junto da igreja numerosos panfletos da organização terrorista «Aliança Chilena Anticomunista», conhecida pelas suas ligações com a ditadura.

O Comando Nacional dos Trabalhadores (CNT) convocou entretanto uma greve geral de 24 horas para o próximo dia 30 de Outubro, em protesto contra a ditadura fascista de Pinochet. As forças governamentais já ameaçaram reprimir com todas as medidas necessárias aquela jornada de protesto, pelo que é de esperar uma nova carnificina. O ditador, como ele próprio afirmou, está disposto a fazer outro Setembro negro para se manter no poder, numa alusão directa à matança de milhares de pessoas efectuada aquando do golpe de Estado que derrubou Salvador Allende.

Angola

A «alternativa» do imperialismo

«A Unita é um agrupamento criado em 1966 pela polícia política portuguesa, a PIDE, e foi utilizado pelo exército colonial português para aniquilar os combatentes da liberdade, os guerrilheiros do MPLA», afirmou o camarada José Eduardo dos Santos, presidente da República de Angola, em conferência de imprensa em Madrid. «Com a proclamação da independência e a derrota do colonialismo português, a Unita passou a ser utilizada como instrumento da África do Sul para desestabilização da situação militar, económica, política e social».

É uma definição sóbria, rigorosamente política. Mas por detrás dela estão as terras queimadas e as aldeias arrasadas; a forçada mobilização de forças para a defesa, quando seriam imprescindíveis na produção; o medo instalado nas populações do sul de Angola, quando não se sabe se uma simples viagem não termina com a morte; o assassinato dos camponeses, o rapto dos técnicos cooperantes.

Esta a realidade do que é a Unita. A prática que se espera

de um agrupamento terrorista, que conta com os apoios determinantes — e confirmados — dos que assassinam manifestantes pacíficos, na África do Sul como em Marrocos. Para não falarmos nos Estados Unidos, onde Savimbi é recebido a nível oficial — a alternativa que conviria a Washington.

Mas nem só de Pretória e de Washington provém os apoios ao terrorismo contra o povo angolano. De Portugal também. E não são poucos. Da possibilidade de acção

aberta, no nosso país, à cobertura de imprensa e rádio, e particularmente da TV. Agora também ao nível de peça de propaganda de longa duração (sobre este tema, ler também na pág. 3).

E assim, tal como o imperialismo, a TV defende a Unita como alternativa. E claro está como alternativa real. Diríamos mesmo, a melhor. Porque o que nos apareceu no pequeno ecrã foi uma organização com uma capacidade a toda a prova de resolver dificuldades, com um papel altamente construtivo na solução dos problemas das populações. Tão eficaz que, em tão difíceis condições, sabe manter um nível de ensino e saúde manifestamente superior ao de Portugal.

Pois por aqui, as nossas crianças são bem menos eruditas e as mulheres, quando vão ao hospital ou à maternidade para ter o seu filho, só em casos de excepção gozaram de um inter-

namento de cinco dias.

De resto a única dúvida que resta é como a Unita ainda não alcançou o poder. Com os apoios que conta, e a capacidade de realização. Enquanto as FAPLA não sabem lutar e as populações desamparadas não apoiam o MPLA. E finalmente os «russos» e cubanos, que teriam sido até agora a salvação — também não lutam (nem é esse o seu papel corrente em território de Angola, mas isso não é dito). E cremos mesmo que bom, bom, só mesmo o colonialismo português, e as tropas enviadas pelo fascismo para combater os patriotas.

Guerra não se vê — que não convém (e depois o material de televisão é pesado!). Porque a Unita só pensa em construção, só pensa no bem de Angola. Vergonhosamente promovida, na nossa televisão, é a alternativa que o imperialismo deseja.